



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Ana Paula Teijido Barroso de Oliveira

**O discente de Pedagogia e os desafios da inclusão na escola -
o olhar do mediador escolar**

Orientador: Prof.^a Dra. Maria Vitoria Campos Mamede Maia

Rio de Janeiro/RJ

Abril/2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
(CFCH) FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA**

**O discente de Pedagogia e os desafios da inclusão na escola -
o olhar do mediador escolar**

Ana Paula Teijido Barroso de Oliveira

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação da UFRJ como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Vitoria Campos Mamede Maia

Rio de Janeiro/RJ

Abril/2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
(CFCH) FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA**

**O discente de Pedagogia e os desafios da inclusão na escola -
o olhar do mediador escolar**

Ana Paula Teijido Barroso de
Oliveira

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da
UFRJ como requisito parcial à obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: // _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr^a Maria Vitoria Campos Mamede Maia

Parecerista: Prof^o Dr Reuber Scofano

Parecerista: Prof.^a Dr^a Ana Ivenicki

Dedicatória

Dedico esta monografia, em primeiro lugar, a Deus, por ser essencial em minha vida e dar coragem e força durante toda esta longa caminhada.

Dedico igualmente à criança que proporcionou minha primeira experiência com mediação escolar me dando forças para seguir o caminho da inclusão e que sem ela este trabalho não teria forma e sentido para mim.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de compartilhar... É dizer o quanto pessoas, forças, olhares, palavras e abraços foram importantes na caminhada. É uma forma de homenagear e dividir essa alegria com meus entes queridos e amigos! Agradecer é expressar o quanto amo e admiro cada um em minha vida.

Agradeço aos meus pais, Gloria e Marcos, meus maiores exemplos, por todo carinho e dedicação e que não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Obrigada por cada incentivo, por me darem forças para seguir em frente quando eu não tinha mais esperanças. Sem vocês, nada disso teria sentido. Vocês são minhas preciosidades, meus amores!

Agradeço à minha irmã, Ana Carolina e aos meus familiares todo amor, incentivo e apoio incondicional.

Agradeço ao meu namorado, Renan, por todo amor e carinho e que sempre me incentivou, apoiando nos momentos difíceis, por sempre acalmar quando o desespero batia a porta e por ter vivenciado comigo passo a passo os detalhes deste trabalho. Agradeço por cada gesto de carinho e atenção. Obrigada por tornar minha vida mais feliz!

Agradeço as minhas amigas, Beatriz, Camila e Déborah por estarem sempre por perto dispostas a me ajudar, ouvindo minhas angústias e desabafos, compartilhando também momentos de muita alegria. Obrigada por tudo!

Ao meu amigo, Junior, que além de “personal”, se tornou confidente e especial, acompanhando minhas descobertas e ouvindo meus desabafos, e sempre com uma palavra amiga para me confortar e fazer com que seguisse em minha caminhada.

Em especial, à minha amiga, companheira de trabalho na qual me espelho como profissional, àquela que se tornou uma segunda mãe, Dadá. Obrigada por confiar e estar sempre ao meu lado em todos os momentos. Agradeço cada conselho, cada “mimo” e toda atenção que dedicou a mim. Grande parte do que aprendi como educadora você me ensinou. Obrigada por toda atenção seja de manhã, de tarde, de noite e até de madrugada. Estará sempre em meu coração! Amo você!

E à minha orientadora, Vicky (Maria Vitoria Campos Mamede Maia), que compartilhou seu conhecimento e, por todo o tempo, se dedicou a me ajudar durante o processo de realização deste trabalho.

“Crianças são como borboletas ao vento. Algumas voam rápido, algumas voam pausadamente, mas todas voam do seu melhor jeito. Cada uma é diferente, cada uma é linda e cada uma é especial.” (Alexandre Lemos – APAE)

Resumo

Discutir a inclusão é tarefa, no mínimo, desafiadora. Inclusão vem do latim *includere*, que significa "fazer parte de" ou "participar de". Se o aluno não está incluído, “não faz parte de” um determinado grupo. Percebo, então, que se faz necessário pensar para além da esfera das crianças com necessidades educacionais especiais e avançar na discussão da relação que a escola estabelece com o “diferente”, identificado a partir de um ‘padrão’ previamente definido. A fim de facilitar a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, cada vez mais as instituições estão contratando estudantes de Pedagogia para atuarem como mediadores desses alunos em uma classe regular para mediar o processo de ensino-aprendizagem. O presente trabalho monográfico tem o intuito de discutir e identificar os possíveis desafios vividos no dia a dia pelo discente de Pedagogia enquanto mediador escolar. A abordagem da pesquisa maior será qualitativa, com observação participante, tendo como um dos instrumentos aplicação de questionário a discentes de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ que atuam ou já atuaram como mediador escolar. Como base para análise dos dados que foram levantados pelo campo, foi feita uma revisão bibliográfica sobre o tema e é neste recorte que o presente trabalho se insere. Pensando na mediação escolar e nos dias de hoje, muito se discute e se reflete sobre esta prática, mas não se encontra material suficiente que aborde diretamente o papel do mediador escolar. Ademais, buscou-se responder as questões levantadas pela pesquisadora durante a experiência como mediadora sobre qual seria a função e a formação do mediador escolar, se existe especialização e se sua presença tem amparo legal. Sendo assim, procurou analisar os documentos referentes à Educação Especial e inclusão, que possam nortear o trabalho do mediador escolar. Portanto, a presente pesquisa reforça que o tema proposto é de suma importância, devendo incentivar novas pesquisas para fomentar a teoria.

Palavras-chave: Mediação escolar, mediador, inclusão, necessidades educacionais especiais,

Sumário

INTRODUÇÃO.....	09
2. METODOLOGIA	16
2.1 Objetivos gerais e específicos	16
2.2 Sujeitos.....	16
2.3 Instrumentos da coleta de dados	17
3. COLOCANDO OS PINGOS NOS “IS”	19
3.1 História da Educação Especial no Brasil	19
4. INCLUSÃO	22
4.1 Educação Inclusiva: conceituando uma nova cultura escolar	25
5. MEDIAÇÃO.....	28
5.1 Apontamentos teóricos de Vygotsky para compreender a mediação	29
5.2 Novo ator em cena nas escolas: mediador escolar	32
6. RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS	37
6.1 Um Relato de História de Vida: o início da procura por respostas sobre mediação	38
6.2 . Do relato de vida à pesquisa de campo: resultados e análise.....	41
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	57
ANEXO.....	59

INTRODUÇÃO

Cada vez mais as instituições estão contratando estudantes de Pedagogia para atuarem como mediadores de alunos com necessidades educacionais especiais em uma classe regular. A partir da minha prática, como mediadora em uma escola privada localizada na Barra da Tijuca, que atende um significativo número de alunos com necessidades educacionais especiais, na qual, em sua equipe há um elevado número de mediadores, surgiram questionamentos e desafios no cotidiano acerca do papel e da atuação desta minha nova função. Neste período, apesar de haver grande dedicação da escola para incluir meu aluno de forma produtiva e adequada, pude perceber inúmeros limites e dificuldades como mediadora, me sentindo despreparada para exercer tal função. Além disso, muito se discute sobre mediação escolar, mas, ao procurar embasamento teórico para nortear minha nova função, percebi uma escassez bibliográfica. Estes foram os motivos que originaram esta pesquisa que tem como objetivo investigar os desafios e práticas da inclusão por meio da mediação escolar do discente de Pedagogia enquanto mediador em uma escola regular.

Outra experiência que aguçou meu interesse pelo tema, foi meu período de estágio nesta mesma escola particular da Barra da Tijuca. Neste período, não exercia a função de mediadora, mas me encontrava em sala como estagiária mantendo contato com muitas mediadoras. A maioria delas trabalhava em dois turnos, fazendo mediação de diferentes crianças nesta escola. Neste contexto, elas eram contratadas pelas famílias e eu percebia alguns impasses entre elas e a coordenação pedagógica ou entre a professora regente, o que gerou inúmeros questionamentos a respeito das relações de trabalho, carreira do mediador e autonomia do mesmo.

É possível perceber que não existe uma definição sobre o papel do mediador e não há uma formação específica em nível superior para desempenhar esta função, apesar de na teoria (tomando como base as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica) haver algumas “exigências”. O mediador, na verdade, torna-se uma conexão entre o aluno e suas relações seja com os professores, colegas, coordenação e o próprio aprender. Tem como objetivo fundamental ajudar o aluno a criar seus próprios caminhos para usufruir do espaço escolar de forma independente, tornando sua vida escolar, e muitas vezes pessoal, mais potente e autônoma. Ele pode ser de diferentes áreas como: Fisioterapia, Psicologia,

Fonoaudiologia e Pedagogia. Porém, neste trabalho, o foco será em torno do pedagogo. Entretanto, poucos olham para quem é este mediador, qual a sua formação e capacitação.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 3º consideram:

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (MEC/SEESP, 2001, p.1)

Esta é uma modalidade de ensino que transcorre nos níveis da Educação Básica e Educação Superior. Por conta disso, está baseada nos seguintes princípios da inclusão: aceitação das diferenças, valorização do indivíduo, aprendizado e convivência em grupo, busca pela autonomia etc.

Na perspectiva da inclusão, a Educação Especial visa, então, promover o direito de todos à educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece, no Art.58, que esta educação deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino e considera este direito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Nesse contexto, discutir a inclusão é tarefa, no mínimo, desafiadora. Inclusão vem do latim *includere*, que significa de acordo com o dicionário Aurélio, *conter em, compreender, fazer parte de* ou *participar de*. Se o aluno não está incluído, “não faz parte de” um determinado grupo. Percebo, então, que se faz necessário pensar para além da esfera das pessoas com necessidades educacionais especiais e avançar na discussão da relação que a escola estabelece com o “diferente”, identificado a partir de um ‘padrão’ previamente definido.

Para Freire (2005) inclusão é:

um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, vem, também, defender o direito de

todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características. (p. 5)

Por tanto, a inclusão oferece aos que mais precisam oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais aptos. É também nossa capacidade de se relacionar, entender e reconhecer o outro, nos dando, assim, o privilégio de conviver com pessoas diferentes de nós.

Portanto, reafirmo que o objetivo maior da mediação é fazer com que se elaborem mecanismos que facilitem e propiciem uma inclusão efetiva dos alunos com necessidades especiais ou distúrbios de aprendizagem em uma classe regular. Para que isto possa ocorrer, um aparato legal vem se constituindo e, no âmbito nacional, existem leis que garantem o direito das crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

A partir da Convenção de Salamanca (1994), de discussões e movimentos baseados na filosofia da inclusão, as escolas tiveram que incluir crianças com necessidades especiais em classes regulares, muitas vezes com um número elevado de alunos e professores não habilitados ou preparados para recebê-los. Por conta disso, a opção escolhida por muitas escolas, foi colocar um profissional acompanhando esse aluno com necessidade especial. É neste contexto que surge a mediação escolar e conseqüentemente discussões sobre o papel do mediador escolar.

Do mesmo modo, é percebida a presença da educação especial de várias formas na Faculdade de Educação da UFRJ, sendo uma delas de forma específica em uma disciplina intitulada “Fundamentos da Educação Especial”, pertencente ao 4º período do curso de Pedagogia. Portanto, o tema em análise é de suma importância diante da realidade, já observada anteriormente, de que os alunos do curso de Pedagogia comumente atuam em sala de aula nesta função, como profissionais que fazem a mediação do processo de aprendizagem de crianças com necessidades especiais. Outro fator mais abrangente, que torna a análise documental e articulação com a prática relevante, é que a inclusão ocorre no campo de atuação do pedagogo, dando à escola uma nova configuração ao ambiente de trabalho, a sala de aula, além das relações que se dão neste espaço. Isso ocorre não só pela presença das

crianças com necessidades especiais, mas também pela inserção de mais um sujeito no ambiente escolar, o mediador escolar.

Para afirmar a real pertinência do tema e conferir a relevância do mesmo, não só para a Faculdade de Educação da UFRJ, realizei uma pesquisa em diversas bases de dados de trabalhos científicos e bibliotecas online reconhecidas, tais como, o portal Domínio Público, portal CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), a base Minerva da UFRJ, a biblioteca digital da USP (Universidade de São Paulo) e a biblioteca eletrônica SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Nestas fiz buscas com os termos pertinentes a esta monografia, utilizando as palavras-chave que caracterizam o seu tema. São elas: mediador, mediação escolar, formação do pedagogo, necessidades educacionais especiais, inclusão/educação inclusiva, educação especial.

Fui ao portal Domínio Público e foram encontrados para “mediador”, “mediação” e “mediação escolar”, 5, 81 e nenhum resultado, respectivamente; para “inclusão” e “educação inclusiva”, 277 e 50; para a palavra-chave “necessidades educacionais especiais”, encontrei 18 resultados; para “formação do pedagogo” e “educação especial” foram encontrados 753 e 233 trabalhos, respectivamente. Contudo, ao unir todos esses conceitos, não encontrei nenhum trabalho. Portanto, como os resultados foram considerados inconsistentes, decidi buscar em outras fontes o mesmo refinamento.

No portal CAPES busquei as palavras “inclusão” e “educação inclusiva” e encontrei 3.968 e 341 resultados, respectivamente; para os termos “educação especial” e “necessidades educacionais especiais” foram encontrados 1.435 e 2 trabalhos, respectivamente; já para “mediador” e “mediação escolar”, encontrei um total de 323 e somente um trabalho que falava da mediação, mas em relação à área jurídica e não educacional, respectivamente; por fim, para “formação do pedagogo” encontrei 94 trabalhos. Entretanto, ao reunir as palavras-chave encontrei somente um trabalho que tratava da mediação no âmbito da literatura infantil e de crianças com necessidades educacionais especiais, mas que não contemplava o tema desta monografia.

Na base Minerva, encontrei para “inclusão” e “educação inclusiva”, 846 e 88; para as palavras “necessidades educacionais especiais”, e “educação especial” foram encontrados, respectivamente, quatro e 266 resultados; para “mediador”, “mediação” e “mediação escolar” encontrei 99, 284 e 10 resultados; e para formação do pedagogo, quatro trabalhos. No entanto,

quando uni todas as palavras-chave deste presente trabalho, não foi encontrado nenhum resultado.

Na biblioteca digital da USP, foram encontrados para “inclusão” e “educação inclusiva”, 134 e 32 resultados; para a palavra-chave “necessidades educacionais especiais”, cinco; para “mediador” e “mediação” e “mediação escolar” foram encontrados, respectivamente, 32, 136 e nenhum resultados. Os trabalhos relacionados ao mediador e mediação eram de cunho jurídico ou de relações, sem tratar do tema proposto nesta pesquisa. Contudo, ao unir, mais uma vez, todas as palavras-chave, não foi encontrado nenhum resultado relevante.

Realizei a mesma pesquisa no Scielo, onde, para “inclusão” e “educação inclusiva”, encontrei 3.566 e 70 resultados, respectivamente; para as palavras “necessidades educacionais especiais”, sete resultados e para “educação especial”, 256; para “mediador” e “mediação” e “mediação escolar” encontrei 299, 454 e nenhum resultado; para “formação do pedagogo” não foi encontrado nenhum resultado. Todavia, ao reunir todas as palavras-chave deste trabalho não foi encontrado nenhum de mesmo cunho desta monografia.

Concluo, assim, que o termo inclusão é bem amplo e quando unido com educação, manifestam-se muitos estudos de casos, contemplando experiências isoladas. Ainda, quando pesquisado com os termos mediação e mediador, na grande maioria dos casos, não é possível encontrar nenhuma publicação.

Em busca de pesquisas referentes a necessidades educacionais especiais, nota-se um número significativo de trabalhos e ampla área de conhecimentos que tratam do tema como a área da saúde. Quando cruzados os resultados deste assunto com inclusão ou educação inclusiva, ainda se apresentam outras linhas de trabalho e também estudos de caso, relatando síndromes ou deficiências muito específicas. Contudo, ao acrescentar mediador e mediação ao tema das pesquisas, há uma queda nos resultados, muitas vezes chegando a zero ou apresentando resultados inferiores a três trabalhos, onde destes, nenhum contempla as questões levantadas nesta pesquisa.

Portanto, concluí que o teor desta monografia e as questões propostas por ela, são pertinentes para discutir a inclusão e a mediação, devido ao baixo número de resultados nas buscas, notando que os poucos trabalhos científicos encontrados tratam de outras áreas do conhecimento, não se aproximando daquele estudado nesta pesquisa. Faz-se necessário, então,

que a comunidade acadêmica vá à busca de publicar sobre situações da inclusão em nosso país, que cada vez vem sendo discutida, sem ignorar a presença de um personagem importante deste processo: o mediador escolar.

Destaco ainda, o percurso da legislação brasileira e o que ela prevê quanto à Educação Especial, inclusão, e também a função e o papel do mediador escolar, tomando como base as exigências impostas pelas leis tanto para o mediador, quanto para a escola, o que conceberá um maior entendimento a respeito do posicionamento político brasileiro acerca dos campos citados. Deste modo, a análise dos documentos fundamenta e problematiza a dicotomia existente entre teoria e prática além de assinalar as reais possibilidades de articulação entre as duas.

A história da Educação Especial no Brasil é apresentada no segundo capítulo intitulado “Colocando os pingos nos *is*”, a fim de contextualizar e elucidar a trajetória política e educacional brasileira originando o ingresso de crianças com necessidades educacionais especiais em escolas regulares. Para tal, se faz necessário esclarecer sobre o conceito de inclusão e como se consolida no campo educacional no cenário de classe regular, além da legislação e suas vertentes, o que é feito no terceiro capítulo intitulado pelo próprio conceito referido.

O quarto capítulo busca em Vygotsky detalhar o que é mediação e, assim tratar do novo ator em cena nas salas de aula: mediador escolar. A partir da revisão bibliográfica abordada nos capítulos anteriores sobre o tema, surgem questões como: Como se forma um mediador? Como é o trabalho de fato de um mediador? Há legislação que norteie esse trabalho? A formação de professores do curso de Pedagogia da UFRJ forma profissionais capazes de trabalharem como mediadores? Neste capítulo, intitulado “Mediação”, tento responder a essas questões e também apresento omissões, lacunas e possibilidades sobre o mediador escolar.

No quinto capítulo, intitulado “Metodologia”, descrevo a mesma de forma mais precisa, transcrevendo relato de história de vida, além da aplicação de questionário a discentes de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ que já se encontram no quarto período em diante e que já cursaram a disciplina “Fundamentos da Educação Especial”, que atuam ou já atuaram como mediadores escolares e a análise desse conteúdo.

Agrego as informações dos capítulos anteriores no sexto capítulo, intitulado de “Resultados e análise de dados”. Nele, articulo os resultados obtidos nos questionários, a fim de fornecer respostas para as questões levantadas, reconhecendo sempre que não absolutas e tento levantar quais os possíveis desafios futuros a serem enfrentados pelo discente de Pedagogia ao trabalhar como mediador.

Por fim, descrevo as inquietações que ainda permaneceram após a pesquisa, de forma a indicar as potencialidades, os desafios e limites do trabalho de inclusão do mediador, bem como as suas possíveis contribuições para a pesquisa acadêmica, para a prática pedagógica, especificamente para as discussões em torno da mediação escolar.

Esta pesquisa tem como um dos objetivos investigar e traçar possíveis desafios do discente de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ como mediador, a fim de discutir sua origem e conseqüentemente, seu papel no campo educacional. Ademais, buscou-se responder às questões levantadas pela pesquisadora durante a experiência enquanto mediadora como: o que se define por educação especial e inclusão de acordo com a legislação, o que se entende por mediação escolar a partir de apontamentos teóricos, como se dá seu surgimento, o que diz a legislação sobre mediação escolar, que tipo de conhecimento sobre Educação Especial e inclusão o discente de Pedagogia tem ou deve ter ao iniciar o trabalho de mediação, se há especialização e por fim, quais as dificuldades e os possíveis desafios para a realização da inclusão através do olhar do discente de Pedagogia enquanto mediador escolar.

Sendo assim se pretendeu analisar os documentos de orientação ao mediador e a legislação correspondente à educação especial no que tange a inclusão. A presente pesquisa tem também o intuito de reforçar que o tema aqui proposto é de suma importância para a inclusão no campo educacional e reafirmar a necessidade de novas pesquisas nesta área.

2. METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa desta monografia tem cunho qualitativo, que segundo Minayo (2001, p.22), “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”, com observação participante, que é “uma estratégia de campo que combina simultaneamente a análise documental, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação direta e a introspecção.” (DENZIN, 1978 *apud* LÜDKE e ANDRÉ, 1986. p.28)

2.1 Objetivos gerais e específicos

- Identificar o caminho percorrido pela Educação Especial ao longo da história
- Analisar os documentos e legislação correspondentes à Educação Especial e inclusão
- Discutir sobre inclusão, o surgimento da mediação e a função do mediador
- Investigar e discutir possíveis desafios do discente de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ enquanto mediador escolar
- Reforçar a importância do tema e reafirmar a necessidade de novas pesquisas no campo educacional

2.2 Sujeitos

Participaram desta pesquisa, nove discentes do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ que trabalharam ou trabalham como mediadores escolares e que, impreterivelmente, estejam cursando o quarto período em diante. A escolha desta especificidade se deu, visto que no quarto período é oferecido aos alunos como disciplina obrigatória “Fundamentos da Educação Especial” e esta poderia contemplar a questão da mediação escolar e nortear a escolha de alguns ao seguir o caminho da mediação.

Além disto, a pesquisa contou com o relato da história vivida pelo próprio pesquisador ao ingressar, em 2010, em uma escola inclusiva como estagiária e posteriormente, como mediadora. Esta última experiência, com um menino de nove anos de idade com Síndrome de Down e ingressante do quarto ano do ensino fundamental, aconteceu em 2014, em uma escola particular localizada na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que a mediadora estava cursando o sexto período de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ, mesmo assim não possuía conhecimentos específicos na área da mediação, buscando, portanto, formação complementar.

2.3 Instrumentos da coleta de dados

Para fundamentar a pesquisa e confrontar os elementos nela presentes, optei por uma análise documental, onde analisei documentos da legislação brasileira com o propósito de apresentar a conjuntura política do país no que tangem sobre educação especial, inclusão e mediação, fazendo elo entre teoria e prática. Esta técnica “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (CAULLEY, 1981 *apud* LÜDKE e ANDRÉ, 1986. p.39) e complementa as demais técnicas utilizadas na pesquisa. Ademais, os materiais utilizados para coleta de informações podem ser leis, cartas, normas, regulamentos, jornais, revistas, livros, trabalhos acadêmicos, entre outros (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). Nesta pesquisa foram utilizados alguns dos materiais citados como exemplo para traçar uma trajetória da legislação brasileira sobre assuntos relacionados à inclusão até a atualidade.

A pesquisa bibliográfica, que “é o levantamento de toda a bibliográfica já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita” (MARCONI e LAKATOS, 1992 *apud* PERSKE, 2004. p.10), se deu através de buscas iniciais a bibliotecas eletrônicas e plataformas de dados de trabalhos científicos com intuito de investigar artigos, teses e dissertações que abordassem o tema proposto nesta pesquisa e também à pertinência do mesmo. Contou ainda com a leitura de livros impressos, culminando em uma revisão bibliográfica.

A revisão bibliográfica deu origem ao embasamento teórico, no qual traz consigo estudos sobre a educação especial e conseqüentemente sobre a inclusão, além do conceito de

mediação à luz teórica. Além disso, para complementar a prática, foi necessária busca a origem do termo mediadora, como também descrever sua realidade no espaço escolar.

Como peculiaridade das pesquisas qualitativas, exponho a história de vida que contém situações e acontecimentos vivenciados pela pesquisadora enquanto mediadora escolar. A experiência vivida pela mesma originou questionamentos ao longo do percurso na escola, como também subsequentemente. Tais questionamentos procuram ser respondidos, se é que se encontram respostas para os mesmo.

O relato de história de vida é “um método que tem como principal característica, justamente, a preocupação com o vínculo entre o pesquisador e sujeito.” (SILVA et al 2007. p.29) e busca na presente pesquisa transcrever as inquietações da pesquisadora, além da experiência, articuladas com a análise documental, revisão bibliográfica e embasamento teórico.

Tomando como base o aspecto sociocultural e sua importância para uma pesquisa qualitativa, escolhi como instrumento a aplicação de um questionário, com algumas perguntas fechadas, mas a grande maioria aberta. O questionário foi dividido em duas partes: informações iniciais que contemplava o período que o discente cursava no momento, tempo de trabalho como mediador escolar e em que instituição ocorreu essa experiência; e a segunda parte, intitulada Mediação Escolar, que continham perguntas como: motivação para ser mediador escolar, se houve orientação para realização do trabalho como mediador, quais desafios e dificuldades enfrentados durante a mediação (listando todos eles), o que seria o mediador escolar para os participantes, e por fim, se se sentiam aptos a exercerem a função de mediador escolar tomando como base a disciplina “Fundamentos da Educação Especial” ministrada no quarto período e demais disciplinas, obrigatórias ou não, ao longo da graduação, justificando sua resposta. O questionário foi enviado por e-mail para doze discentes da Faculdade de Educação da UFRJ, onde nove o responderam. Este foi disponibilizado também em uma plataforma para facilitar o acesso dos participantes. Este questionário teve como intuito dar voz aos mediadores, compartilhando os possíveis desafios da mediação e identificando suas práticas cotidianas contribuindo assim, para futuras experiências, já que ainda é um assunto de pouca referência bibliográfica.

3. COLOCANDO OS PINGOS NOS “IS”

3.1 História da Educação Especial no Brasil

Nossas leis sempre dedicaram capítulos à educação do aluno com deficiência como um caso particular do ensino regular, bem como apresentarei no presente trabalho mais à frente. A Educação Especial é entendida, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB em vigor, como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. A concepção inicial para a educação especial era de que o ensino oferecido na rede regular se daria de forma integrada, contudo, em um contexto de educação compensatória e de segregação.

O desenvolvimento histórico da Educação Especial no Brasil se iniciou no século XIX, quando os atendimentos passaram a ser destinados a este segmento de nossa população, inspirados por experiências europeias e americanas. Tinham como intuito, organizar e implantar ações isoladas e particulares para atender pessoas com deficiências físicas, mentais ou sensoriais.

Foi necessário um século para que a Educação Especial passasse a ser um dos componentes de nosso sistema político-educacional, nomeada como “educação dos excepcionais”. Podemos, então, dividi-la em três grandes períodos: 1854 a 1956, 1957 a 1993 e por fim, 1994 até os dias atuais.

No primeiro período, ocorreram as iniciativas oficiais e particularmente isoladas, precisamente em 12 de setembro de 1854, quando se deu a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro pelo imperador D. Pedro II. Mais à frente, durante o governo republicano, o instituto teve seu nome modificado em homenagem ao seu ex-diretor, sendo renomeado como Instituto Benjamin Constant, atualmente localizado no bairro da Urca.

Durante o Segundo Reinado, fundou-se, também em nossa cidade, outro instituto para atender à Educação Especial: Imperial Instituto dos Surdos-mudos, hoje conhecido com INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos).

A instalação e criação desses institutos abriu a possibilidade de discussão sobre a educação dos portadores de deficiência devido ao 1º Congresso de Instrução Pública em

1883, convocado pelo imperador, onde um dos tópicos abordados figurava sob a sugestão de currículo e formação de professores para cegos e surdos. Tudo leva a crer que a sociedade era a grande norteadora para a discussão desse tema, vide trabalhos científicos e técnicos publicados na época.

Têm-se registro, até a primeira metade do século XX, de estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, que atendiam a deficientes mentais e prestavam suporte escolar especial enquanto os demais atendiam a alunos com outras deficiências. Dentre elas, destaque a Sociedade Pestalozzi, criada em 1948 para atender deficientes mentais, reeducando-os para uma vida melhor e a APAE (Associação de Pais e Amigos excepcionais), fundada em 1954 com o intuito de “cuidar dos problemas relacionados com o excepcional deficiente mental”.

Caminhado para o segundo momento, apareceram medidas oficiais de âmbito nacional. É neste momento onde surgem as campanhas promovidas pelo governo federal. A primeira a ser instituída foi a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro com a finalidade de promover as medidas necessárias à educação e assistência em todo território nacional. No entanto, foi desativada alguns anos depois.

Em 1958 foi implantada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, posteriormente, denominada Campanha Nacional de Educação de Cegos. Em seguida, instituiu-se a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, sob influência dos líderes da Sociedade Pestalozzi e da APAE. Com o surgimento, em 1973, do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), as campanhas aqui citadas acabaram extintas.

Segundo artigo 2º do CENESP, Decreto nº 72.425, este:

tem por finalidade planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educandos com problemas de conduta e os superdotados, visando à sua participação progressiva na comunidade, obedecendo aos princípios doutrinários, políticos e científicos que orientam a Educação Especial. (BRASIL, 1973)

Após determinadas mudanças de poder, o CENESP foi transformado em Secretaria de Educação Especial (SEESP). Por consequência, a coordenação geral referente a essa área foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília, o que, segundo Mazzotta (2012) contribuiu para o rompimento ou diminuição da hegemonia que o grupo gestor detinha, politicamente,

sob a Educação Especial. Atualmente, com a extinção desta secretaria, os programas e ações referentes ao segmento vigente, foram vinculados a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Portanto, a Educação Especial se configurou como um sistema paralelo e segregado do ensino, originalmente a partir de um modelo médico. A deficiência era entendida como doença e seu atendimento era visto de maneira terapêutica, coordenado por médicos, fisioterapeutas, psicólogos, psicoterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Com isso, a educação escolar ficou em segundo plano, voltada para autonomia das atividades do cotidiano como: escovar os dentes, tomar banho, comer sozinho, usar papel para colagem ou recorte etc. Havia uma “escolarização” limitada das propostas, pois se acreditava que o aluno com deficiência não se desenvolveria academicamente.

Ao longo dos anos, com a institucionalização da Educação Especial e o envio de docentes para o exterior em busca de especialização, se permitiu um desenvolvimento científico e acadêmico dessa área. Afirmou-se que o deficiente pode aprender, deixando, então, de lado o modelo médico e edificando o modelo educacional, no qual a ênfase não era mais o indivíduo e sim as condições que o meio proporciona através de recursos adequados promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem.

Nas últimas décadas, em função de novas demandas, os profissionais da Educação Especial têm se voltado para a busca de diferentes alternativas para a educação escolar visando menor segregação e maior inserção dos educandos no sistema de ensino. É notório que não é um caminho fácil e que por diversas vezes esbarram em contratempos, contudo é neste contexto que surge a inclusão, tema do próximo capítulo.

4. INCLUSÃO

Assim como já visto no capítulo anterior, em um contexto de educação compensatória e de segregação, surge necessidade de unificar a Educação Especial ao sistema regular de ensino, priorizando a inclusão como meta a alcançar.

Reforçando esse pensamento, a UNESCO (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization) em 2005, divulgou um documento classificando a inclusão como “uma forma dinâmica de responder positivamente à diversidade dos alunos e de olhar para as diferenças individuais não como problemas, mas como oportunidades para enriquecer a aprendizagem”. Para que a inclusão ocorra, de fato, cada país precisa definir seus princípios inclusivos através de declarações ou documentos. Destaco a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reza em seu primeiro artigo que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e de consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Também acorda que todas as pessoas devem ter respeitados os seus direitos humanos: direito à vida, à integridade física, à liberdade, à igualdade, à dignidade e à educação. Foi a partir disso que o cenário internacional voltou seu olhar para a igualdade de direitos.

Segundo Mantoan (2005), o termo inclusão “é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”.

No Brasil, a inclusão e o papel da escola para superar a exclusão vêm conquistando cada vez mais espaço de debate. O movimento de inclusão propõe que todas as crianças, jovens ou adultos com deficiências ou não, estejam numa mesma escola, independentemente de suas condições. Para isso – diferente da proposta de integração, onde o aluno busca adaptar-se à escola e às condições oferecidas por ela – a mesma deve modificar-se para atender às necessidades especiais e educacionais de seus alunos. Esse conceito não se refere apenas aos alunos com deficiências ou síndromes, mas a toda população excluída das escolas.

Com base em estudos e pesquisas, pode-se perceber que somente a partir da segunda metade do século XX, os documentos de referência da Educação Especial começaram a entrar nas pautas de discussões no Brasil, tornando-se normativos. Assim, a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº4024/61, determinou que a educação fosse direito de todos e indicou que, quando possível, a educação de “excepcionais”, como eram chamadas

as pessoas com deficiência, deveria ser feito dentro do sistema geral de educação, para integrar os mesmos à sociedade. A seguir, a segunda LDBEN, nº 5692/71, alterou em parte o documento da LDBEN anterior, mas reafirmou e assegurou a matrícula dos alunos que apresentassem deficiência física ou mental em rede regular de ensino, sem especificar esta exigência. O tratamento especial, quando necessário, deveria estar acordado com as normas fixadas pelos Conselhos de Educação, segundo tal lei.

A partir de 1981, ano em que a ONU (Organização das Nações Unidas), o instituiu como o ano Internacional das Pessoas com Deficiência, foi formulado ações a fim de conscientizar e promover a igualdade de direitos.

À vista disso, no final da década, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) estabeleceram direitos para as pessoas com deficiências. A Constituição Federal de 1988 instituiu a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, além de garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente assegurou esses direitos.

A Constituição é a lei maior que rege uma nação, mas outras legislações foram elaboradas para responder aos dilemas e minimizar os desafios que a inclusão traz consigo. Uma delas foi a lei nº 7853/89 que assegurou alguns direitos aos portadores de deficiência no campo educacional como: a inclusão da Educação Especial como modalidade educativa, oferta obrigatória e gratuita de programas de Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino e também, acesso dos alunos portadores de deficiência à benefícios como material escolar, merenda e bolsa de estudos.

Contudo, foi a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais na Espanha em 1994, que resultou na Declaração de Salamanca, onde o Brasil reconheceu a grande necessidade em providenciar uma educação para todos aqueles com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino centrada na criança onde a escola fosse capaz de atender às necessidades de seus alunos e a incorporou às políticas educacionais de nosso país. Ainda no mesmo ano e com o intuito de especializar os profissionais, foi propagada a Portaria nº 1.793/94, que indicava a inclusão da disciplina “Aspectos ético-político-educacional da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais”, prioritariamente nos cursos de formação como Pedagogia, e cursos da área da Saúde e de Serviço Social.

Dando prosseguimento ao compromisso assumido na Declaração de Salamanca, em 1996 é promulgada a Lei de Diretrizes e Base da Educação, nº 9.394, em vigor atualmente, que ampara a inclusão e traz um capítulo dedicado, exclusivamente, à Educação Especial. Este enfatiza a importância de alunos com necessidades educacionais especiais estudarem em escolas regulares.

Em 2001, se instaura as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001 determinando como dever da escola, matricular qualquer aluno, independente de suas necessidades em classe regular de ensino, além de propor a capacitação de professores para que possam atuar na educação inclusiva. Todavia, não especificam os requisitos necessários, ficando estes a cargo das instituições de formação.

Neste mesmo ano, foi sancionada a lei nº 10.172 que aprovava o Plano Nacional de Educação. Este assegurava o acesso de todos os alunos à educação e quando necessário, um atendimento em classes e escolas especializadas, além de estabelecer metas e objetivos para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Atualmente muitos olhares têm-se voltado para a inclusão do autista. Isso graças aos pais que muito tem lutado para tal e com resultado, pois em 2012 foi assinada a lei nº 12.764 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. E mais recentemente, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/15, que traz consigo regras e orientações para a promoção dos direitos e liberdade das pessoas com deficiência, porém ainda necessita de regulamentação em muitos pontos. Ela apresenta uma nova definição ao considerar a pessoa com deficiência: “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. No âmbito educacional, assegura a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, estabelece a adoção de um projeto pedagógico por parte das escolas que institucionalize o atendimento educacional especializado, fornecendo profissionais de apoio, além de proibir as escolas particulares de cobrarem valores adicionais por esses serviços.

Como é possível observar, diversas leis foram criadas no Brasil buscando regulamentar os direitos da pessoa com deficiência e até particularizar algumas, como no caso do autismo. Porém, tais leis não apresentam uma harmonia, o que dificulta sua efetiva aplicação, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Além disso, novas questões acerca

da inclusão estão surgindo à medida que crianças com diferentes necessidades ingressam nas escolas regulares, trazendo novos desafios. Todavia, escolas e professores, muitas vezes não estão preparados para receber estes alunos, ou por falta de um espaço físico adequado, ou por pouco material específico para trabalhar com estes alunos ou até mesmo por professores que não foram formados na perspectiva inclusiva e apresentam, de forma tímida, resistência ao receber alunos com dificuldades na aprendizagem, muitas vezes por se sentirem inseguros diante desta situação. Assim sendo, esse é o momento para as instituições buscarem novos percursos para promover a inclusão, no seu sentido amplo.

4.1 Educação Inclusiva: conceituando uma nova cultura escolar

Em sociedades democráticas, a educação representa um direito de toda a população onde o sistema educacional deve contemplar e receber todo e qualquer educando, independente das características físicas, desejos, sentimentos, expectativas, forma de entendimento do mundo, cognição, entre outros aspectos. As estratégias e práticas tradicionais da Educação Especial passaram a ser questionadas e fizeram com que os profissionais desta área buscassem aprimorar novas formas de educação escolar visando alternativas menos segregativas.

É neste contexto que surge um novo modelo educacional, uma nova cultura escolar: a educação inclusiva. Por meio dela é possível o acesso e a permanência de todos os alunos nas escolas. A meu ver, o termo “Educação Inclusiva” pode ser considerado pleonasmia assim como “entrar para dentro” ou “sair para fora”, visto que se pensando em educação, esta deve, supostamente, incluir todos os educandos. Entretanto, devido às dificuldades enfrentadas no âmbito educacional para que se efetive o acesso dos educandos as escolas, “grupos”, como de pais, por exemplo, surgem para tentar suprir essa necessidade, como no caso da lei do autismo. Ademais, a Constituição, leis e diretrizes do Brasil deixam lacunas perante a Educação, como já visto anteriormente, sendo necessário o termo “Educação Inclusiva”, já que nem todos tem o mesmo acesso a escolarização. Contudo, é preciso pensar e internalizar que a educação é para todos.

Segundo Glat (2007.):

Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, além de rever as formas de interação entre todos os segmentos que a compõe e que nela interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político

pedagógico, recursos didáticos, metodologias, estratégias e suas práticas avaliativas. (p.16)

Portanto, a proposta de Educação Inclusiva implica num processo de reestruturação de todos os aspectos que compõe a escola. Não é somente matricular o aluno em uma classe regular ou mantê-lo na escola. Vai além. É preciso que ele seja acolhido e incluído de fato nesse ambiente e que ele possa aprender os conteúdos, sempre dentro de seus limites e peculiaridades de aprendizagem, é claro.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Parecer CNE/CEB nº17/2001:

Todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais, e seus professores, em geral, conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem da escola uma série de recursos e apoios de caráter mais especializado, que proporcionem ao aluno meio para acesso ao currículo. Essas são as chamadas necessidades educacionais especiais. Trata-se de um conceito amplo: em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições e aprendizagem. (MEC, 2001, p.14)

Segundo Glat (2007. p.25), os conceitos de necessidades educacionais e necessidades educacionais especiais se difundem. O primeiro refere-se “as demandas apresentadas pelos indivíduos para aprender o que é visto como importante para seu desenvolvimento, tomando como base a faixa etária”. Já o segundo consiste nas “demandas exclusivas dos sujeitos que para aprender o que é esperado para seu grupo referência, carecem de diferentes recursos pedagógicos usando ou não suportes adicionais” podendo ser eles atividades adaptadas ou diferentes materiais como, por exemplo, material dourado, ábaco, quadro branco etc. Portanto, necessidades educacionais especiais não se encontram no indivíduo e sim é produto de sua interação com o contexto escolar. Vale ressaltar que necessidade educacional especial não é sinônimo de deficiência. Esta última é de caráter orgânico e não necessariamente, a pessoa com deficiência terá necessidades educacionais especiais.

À vista disso, para que uma escola seja denominada inclusiva, deve reconhecer que alguns de seus alunos necessitarão, mais do que outros, ajuda usufruindo de suportes diversos para alcançar êxito na escolarização. Isto gerará mudança na cultura escolar, uma vez que para atender esta demanda será necessário ocorrer uma reestruturação no ambiente escolar para se tornar adequado à prática inclusiva, efetivando-a de fato e não apenas propagando um discurso político.

Contudo, muitas escolas se viram de “mãos atadas” ao incluir esses alunos, devido, na grande maioria, à carência na formação de professores atuantes que se depararam com este novo modelo sem estarem, integralmente ou parcialmente aptos em trabalhar e educar os alunos com necessidades educacionais especiais. Para tanto, foi necessário colocar um profissional em sala de aula para auxiliar e acompanhar uma criança ou adolescente com necessidades educacionais especiais, em parceria com o professor regente. É neste momento que surge a ideia da mediação escolar e conseqüentemente, do mediador escolar.

5. MEDIAÇÃO

Segundo o dicionário Aurélio, *mediação é o ato ou efeito de mediar, ato de servir de intermediário entre pessoas ou grupos*. Este conceito é muito usado na área jurídica para mediar um divórcio, separação de bens, onde um terceiro, sendo ele imparcial, entra para facilitar a negociação entre as partes, buscando um desfecho amigável e beneficente para ambas as partes.

Todavia, para atender as demandas das escolas ao incluírem alunos com necessidades educacionais especiais, surge uma nova prática, mas que ainda não conta com bibliografia suficiente para dar suporte a mesma: mediação escolar.

Para Mousinho et al (2010. p.93), “diante da filosofia de inclusão como movimento mundial”, se tornou necessário “colocar um profissional especializado” dentro de sala com o intuito de acompanhar o aluno com necessidades educacionais especiais, que ganhou nomenclaturas diversas: mediador, facilitador, instrutor, professor de apoio etc. Esse profissional, independente do termo utilizado para designá-lo, vem ganhando espaço e conseqüentemente, sua presença passa a ser essencial no cotidiano escolar, não só para aquele aluno que este profissional acompanha, mas também para toda comunidade escolar, desde o professor regente e demais alunos até a coordenação pedagógica. No entanto, como há diferentes nomenclaturas referentes a este profissional, dificulta-se a realização de vastas pesquisas, uma vez que não há um padrão.

Em toda trajetória já relatada no histórico da Educação Especial e inclusão, não se vê o termo mediador ou mediação. O que se lê é sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), criado para dar um suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo o acesso ao currículo, de maneira facilitadora. Ou seja, “é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos” (SEESP/MEC, 2008. p.1). Deve ser realizado, em coparticipação com o professor da classe regular, entretanto, o professor do AEE lida com um pequeno grupo de alunos e não somente com um aluno, como observamos na mediação escolar.

Buscando aprofundar o debate acerca da mediação e discutir sobre esse novo ator em cena nas salas de aula, partindo para um viés teórico, recorrerei ao conceito de mediação para Vygotsky, em virtude de mesma nomenclatura, tendo como objetivo tecer relações e possíveis

paralelos entre o que é apresentado pelo teórico com ao trabalho de mediação na esfera educacional. Este é o tema do próximo capítulo.

5.1 Apontamentos teóricos de Vygotsky para compreender a mediação

Procurando definir o papel do mediador, partindo de princípios teóricos, busquei o conceito de mediação de Vygotsky.

O teórico em questão é de suma importância para a Psicologia e Educação, além de outras áreas de conhecimento. Fundou a chamada psicologia sociointeracionista e acredita ser a linguagem, grande ferramenta social de contato, pois esta possibilita a troca com o outro e permite a cada indivíduo completar-se.

Para Vygotsky, é importante avaliar a criança pelo que ela está aprendendo e não o que já aprendeu, uma vez que “processos já consolidados, por um lado, não necessitam da ação externa para serem desencadeados.” (OLIVEIRA, 2010. p.63). Esta ação externa é chamada de intervenção pedagógica, crucial para promover o desenvolvimento, de cunho cultural. Assim, a escola é o ator principal que realiza essa intervenção e o professor, no caso desta pesquisa, o mediador escolar, deve intervir “provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente”. (OLIVEIRA, 2010. p.64)

Vygotsky valeu-se do conceito de mediação, central em seus estudos. Segundo Oliveira (1997, p.26), ao definir mediação nos diz que “é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação”, onde esta relação passa a ser classificada como mediada e não mais direta. Para exemplificar, a autora cita uma situação na qual uma criança coloca o dedo na chama da vela. Rapidamente ela o retirará, pois o sentirá queimar. Este episódio é classificado como uma relação direta entre a criança e o objeto, pois não houve mediação. Agora, quando a criança observa a vela e lembra que já se queimou uma vez, esta relação torna-se mediada pela lembrança da criança. E há ainda outra possibilidade, que é quando a mãe, pai, irmão ou outro indivíduo, diz a ela que não deve colocar o dedo na vela, pois queima. É também uma ação mediada, mas pela experiência do outro.

A ação mediada, segundo Vygotsky, pode ser executada por dois elementos, denominados mediadores: os instrumentos e os signos. Podemos dizer que o instrumento tem relação com o homem de forma externa, ou seja, é a mediação entre a ação concreta do indivíduo sobre o mundo e o mesmo. Logo, “carrega consigo a função para a qual foi criado e o modo de utilização desenvolvido durante a história” (OLIVEIRA, 1997. p.29). Já os signos

agem “como um instrumento da atividade psicológica” (OLIVEIRA, 1997, p.29) e são de natureza simbólica, atuando como mediador entre o sujeito e o objeto de conhecimento. Com isso, os signos possibilitam as representações mentais, que são tipicamente humanas, permitindo o homem transitar pelo simbólico. Exemplificando esses conceitos, ao observarmos uma vassoura, sabemos que ela é um instrumento utilizado para limpeza, para varrer algum local. Agora, ao notarmos uma criança montada na mesma, fingindo ser um cavalo, a criança está usando sua função simbólica, construindo um signo.

Além disso, o homem “é capaz de operar mentalmente sobre o mundo” (OLIVEIRA, 1997, p.35). Quando pensamos em uma cadeira, “trabalhamos com uma ideia, um conceito, uma imagem [...] algum tipo de representação, de signo, que substitui o real” (OLIVEIRA, 1997, p.35). Em virtude dessa capacidade do homem em transitar pelo simbólico, é que faz com que estabeleça relações, imagine, faça planos, tenha intenções, antecipe acontecimentos etc.

Ao falar de mediação, não se pode deixar de mencionar outro conceito-chave de Vygotsky: zona de desenvolvimento proximal. Porém, se faz necessário retomar outros dois conceitos: zona de desenvolvimento real e zona de desenvolvimento potencial.

Segundo Vygotsky, a zona de desenvolvimento real consiste naquilo que a criança faz com autonomia, portanto, “refere-se a etapas já alcançadas, já conquistadas pela criança.” (OLIVEIRA, 2010, p.61). Já a zona de desenvolvimento potencial consiste naquilo que a criança tem potencialidade, desde que seja assistida, ou seja, são tarefas que a criança ainda não realiza sozinha, necessitando instruções, demonstrações ou amparo durante a realização. Contudo, devemos nos atentar para a ideia de que não é qualquer tarefa que a criança executará potencialmente, mesmo com a intervenção do adulto. Por exemplo, uma criança de oito anos pode, com a ajuda de alguém, completar uma atividade de palavras cruzadas. No entanto, uma criança de quatro anos que recebe a mesma ajuda, não conseguirá realizá-la. É preciso, então, que o mediador escolar, objeto desta pesquisa, tenha cuidado ao adaptar atividades, observando se a mesma está adequada para a criança, mesmo que necessite de amparo. À vista disso, o aprendizado para Vygotsky, só acontece se for mediado com o intuito de estimular a criança a se superar e a se apropriar daquilo que é naturalmente capaz, que lhe é significativo. Para afirmar isto, o teórico explica que o aprendizado:

Possibilita o despertar de processos internos do indivíduo, pois liga o desenvolvimento da pessoa à sua relação com o ambiente sociocultural em que vive e à sua situação de organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros [...] É essa importância que Vygotsky dá ao papel do outro social no

desenvolvimento dos indivíduos cristaliza-se na formulação de um conceito específico dentro de sua teoria, essencial para compreensão de suas ideias sobre as relações entre desenvolvimento e aprendizado: o conceito de zona de desenvolvimento proximal (OLIVEIRA, 2010, p.60).

Vygotsky (1984) define, então, como zona de desenvolvimento proximal:

a distância entre o nível de desenvolvimento real que se costuma determinar por meio da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado por meio da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (p.97)

É importante enfatizar que este conceito é flexível e complexo, uma vez que contribui para o desenvolvimento, mas não é visível na prática.

O teórico acrescenta que:

aquilo que é a zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com a assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã. (VYGOTSKY, 1984, p.98)

Para tal, se faz importante o papel do professor como mediador da aprendizagem, do conhecimento e desenvolvimento do aluno, ajudando-o a interagir com os outros e consigo mesmo para que atinja o que lhe é de direito, o melhor de si, ou seja, seu potencial real.

Diante disso, podemos considerar que a mediação escolar atua diretamente na zona de desenvolvimento proximal, caracterizada por intermédio de outro indivíduo, no caso o mediador escolar, nas etapas de aprendizagem da criança. Logo, a atuação do mediador escolar só será efetiva se tiver significado e promover o avanço da criança ao realizar tarefas que anteriormente não conseguia sozinha. Isso necessariamente não causará dependência, pelo contrário, atuará sob aquele desenvolvimento pontual. Por exemplo, o aluno com mediação escolar em sala de aula, não necessitará da presença do mediador todo momento somente pelo fato de nas aulas de Matemática precisar.

Vale evidenciar que outras crianças podem intervir e fazer parte do processo de mediação, ajudando aquele aluno que ainda não consegue realizar determinada atividade sozinha, para que, em futuro próximo, consiga executá-la de maneira independente.

5.2 Novo ator em cena nas escolas: mediador escolar

É notório, de uns tempos para cá, a presença de um novo ator no cenário educacional: mediador escolar. No entanto, que profissional é esse? Qual sua formação? Como se dá sua especialização? Qual sua função, seu papel? E seu perfil? Quem é o responsável por contratá-lo? Sua presença tem amparo legal? Enfim, são muitos os questionamentos acerca desse profissional e pouco se encontra de literatura sobre o assunto.

Como vimos no capítulo anterior, é na Zona de Desenvolvimento Proximal, conceito de Vygotsky, que a mediação atua, podendo ser ela feita pelos professores, por outros alunos, pais, outros profissionais e pelo mediador escolar.

Apesar disso, em quase toda trajetória legislativa brasileira e textos que abordem o tema, muito se vê a figura do professor regente como agente encarregado de mediar o conhecimento da turma, independente se nela há alunos com necessidades educacionais especiais e, não a figura do mediador escolar, mesmo podendo ter outras nomenclaturas.

Em termos legais, atualmente, mais precisamente este ano, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº 13.146/15, que tem como intuito, promover o acesso da pessoa com deficiência à sociedade, onde esta última deverá criar mecanismos para adaptar-se a esse indivíduo e não o contrário. Claro que a lei ainda deixa lacunas e deve ser mais bem discutida e apresentada para muitos, principalmente no curso de Pedagogia, mas uma de suas principais mudanças foi a definição da pessoa com deficiência. De acordo com o Art. 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p.1)

Ou seja, a lei amplia essa definição intencionalmente, para promover a inclusão efetiva da pessoa com deficiência na sociedade, contribuindo para a integração entre ambas as partes. Há outras mudanças e ganhos perante essa lei, mas no cunho deste trabalho, focarei na área da Educação.

A Lei Brasileira de Inclusão instaura importantes medidas no contexto educacional como, por exemplo, vedando qualquer cobrança extra, por parte das escolas particulares, ao receber alunos com deficiência. Ademais, assegura a indicação do profissional de apoio, que segundo esta mesma lei, em seu Art. 3º, é:

XIII- a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessário, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas ou privadas. (BRASIL, 2015, p.3)

Como podemos observar, essa lei é de suma importância e reafirma que vem com o intuito de efetivar a inclusão, mas não menciona a nomenclatura “mediador escolar” e sim “profissional de apoio”.

Mousinho et al (2010), em seu artigo sobre mediação escolar, faz um apanhado histórico sobre o tema, dando dicas, sugestões para o trabalho e os limites enfrentados por esse profissional e em uma parte nos apresenta diferentes nomenclaturas para tal como: “facilitador escolar, tutor escolar, assistente educacional e mediador escolar” (MOUSINHO et al, 2010. p.93). Evidencio que no presente trabalho, como feito desde o início, usar-se-á nomenclatura “mediador escolar”, mas na verdade não importa o nome, o que irá fazer a diferença será a dedicação, envolvimento e qualidade do trabalho desenvolvido por esse profissional com seu aluno.

Ainda utilizando o referencial de Mousinho et al (2010. p.94), esta autora define que “a formação de base do mediador pode estar relacionada à área da saúde ou da educação”, podendo ser ele pedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo e devem estar “sempre acompanhados pela equipe terapêutica da criança ou adolescente e pela equipe escolar.” Também deve ser flexível para conseguir adaptar-se as demandas da escola, aos professores e até mesmo a família, buscando sempre um bom relacionamento com todos e um trabalho coerente, usufruindo bastante da criatividade, e apto a enfrentar desafios que ocorrerem durante esse percurso. De fato, tomando como base minha experiência tanto como mediadora quanto estagiária em turmas que havia mediação, observei diferentes formações dos mediadores, mas neste trabalho o enfoque será no discente de Pedagogia.

Já segundo Gomes (2014), ao entrevistar o grupo de fonoaudiólogos chamado INTERPRETARE, estas definem o mediador como:

profissional habilitado dentro do ambiente escolar para acompanhamento individual ou não de crianças com necessidades especiais, objetivando o desenvolvimento da sociabilização, aprendizagem e funções cognitivas para que a criança possa acompanhar o grupo em que está inserida sem causar qualquer inconveniente para o mesmo. (GOMES, 2014. p.66)

Outro ponto crucial, de grande discussão, e muitas vezes impasse, é a real função, qual o papel do mediador e conseqüentemente, sua autonomia. Até que ponto é demanda dele, da escola, da família ou do professor regente? Ele deve acompanhar o aluno a todo tempo ou só nas atividades pedagógicas que exigem adaptação de trabalho? Bom, cada instituição atuará de uma maneira, umas dando maior liberdade ao mediador, outras limitando seu espaço, outras partindo sempre do diálogo visando harmonia entre a equipe pedagógica e o mediador, entre outras situações. Apesar disso, cabe a esse profissional mediar aquele conhecimento que será passado para os demais alunos pelo professor regente, adaptando-o da melhor maneira possível, fazendo uso de uma linguagem ou material acessível ao aluno que está mediando. Portanto, servirá como uma ponte entre a criança ou adolescente com diversos tipos de relações existentes na escola, seja com o próprio professor regente, coordenadores, funcionários, alunos e com o conhecimento também, não esquecendo o apoio da equipe terapêutica da criança.

Segundo Mousinho (et al 2010, p.94), “o mediador é aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental [...] tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento”. Esta complementa afirmando que:

a principal função do mediador é ser intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depara com dificuldades de interpretação ou ação. [...] atua em diferentes ambientes escolares, tais como a sala de aula, as dependências da escola, pátio e nos passeios escolares que forem de objetivo social e pedagógico. (MOUSINHO et al, 2010, p.95)

Gomes (2014), em seu livro, entrevista uma terapeuta e, ao questioná-la sobre qual o papel do mediador, esta responde que deve:

Ser a sombra da criança, ele estará sendo o facilitador. Sombra no sentido assim: o facilitador não está lá para fazer nada pela criança, mas fazer tudo com a criança. Então a gente sempre usa o termo: ele precisa ajudá-la a fazer, dando sempre uma ajuda o menos intrusiva possível, para que ele também não seja uma figura berrante dentro daquele espaço. (GOMES, 2014. p.74)

No site Encontros de Mediação e Inclusão, encontrei outra definição para o papel do mediador:

(...) cabe ao mediador, junto com o(s) professor (es), a adaptação do material que será usado pelo aluno para um formato que seja acessível; a adaptação de tarefas feitas em sala de aula e de testes e provas; a saída desses alunos de sala de aula para

realizar alguma atividade que não possa ser realizada na sala junto aos outros colegas; atuar, muitas vezes, como tradutor da língua da escola; estar sempre conversando com coordenadores e professores sobre os melhores caminhos para esse aluno, de forma a consolidar uma parceria mediador-escola. (www.emeinclusao.wordpress.com)

Como podemos observar, em todas as definições aqui apresentadas, há quase uma harmonia e um consenso sobre o papel do mediador perante o aluno que acompanha e o que irá diferenciar este trabalho, na verdade, será a posição que a instituição que receber esse profissional seguirá e atitudes que tomará como já dito anteriormente. Entretanto, friso, que o mediador escolar não deve ser visto como professor regente, o único responsável por aquela criança, mas sim como um professor auxiliar do processo de aprendizagem. Faz-se necessário, então, que o professor regente assuma sua posição e contribua com o mediador para um melhor trabalho. Ademais, deve se tomar cuidado com a relação estabelecida pelo mediador diante do aluno que media para que não se crie uma dependência extrema e sim uma independência moderada, seja na vida escolar ou pessoal.

Concomitante a todas essas questões, manifesta-se outra no que diz respeito à contratação do mediador escolar. Há divergências quando este profissional atua na rede pública ou na rede particular. Na primeira não há exigência quanto à formação deste mediador, podendo ser ele discente de Pedagogia, Psicologia, Letras, Serviço Social, Engenharia, Matemática e demais áreas. É nomeado como estagiário/mediador. Esta contratação se dá mediante apresentação do aluno interessado em se tornar estagiário/mediador em uma das CREs (Coordenadoria Regional de Educação do Rio de Janeiro) existente em nosso município, para então dar o segundo passo, que é a escolha da escola. Após, iniciam-se os trabalhos com o aluno que necessita de mediação, recebendo uma remuneração da prefeitura. Além disto, as escolas e também o estagiário/mediador contam com o suporte do Instituto Municipal Helena Antipoff, que é “órgão da Secretaria Municipal de Educação (SME) responsável pela implementação das Políticas Públicas da Educação Especial, em consonância com as diretrizes do MEC/SECADI” (<https://ihainforma.wordpress.com/about/objetivos-metas-e-estrategias/>). Durante a mediação, o instituto proporciona encontros para discutir sobre Educação Especial e ao final dela, cada estagiário/mediador faz um breve relato contando como foi o processo todo, o que o aluno avançou o que tem que buscar etc.

Em contrapartida, em 2013, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro decretou o ingresso do profissional nomeado de Agente de apoio à Educação, somente por concurso

público. Isto não aboliu a presença do discente/mediador citado no parágrafo anterior, uma vez que ambos profissionais exercem a mesma função dentro da escola, mas gerou um conflito por tal fato.

Enquanto isso, na rede particular, a grande maioria dos mediadores é contratada pela própria família do aluno, podendo ser indicação da escola ou da equipe terapêutica. Poucas são as escolas que contratam esse profissional e oferecem às famílias. É por este motivo que a Lei Brasileira de Inclusão não foi bem recebida por alguns pais, quando menciona que a escola deve oferecer esse profissional. Algumas famílias alegam que deixando a cargo da escola essa escolha, as instituições optarão por profissionais pouco qualificados visando o custo e preferem assim, arcarem com essa despesa, acreditando que quanto melhor remunerado o mediador, mais qualificado será. Contudo, não podemos generalizar esse pensamento, mas também não o negar, pois existe em alguns casos.

Como se vê, é difícil criar um instrumento, uma “manual” para nortear a ação do mediador, visto que cada escola tem suas particularidades. Contudo, é preciso chegar a um consenso para que o mediador transite com mais facilidade e segurança pelo ambiente escolar, tendo uma base para tal. Não será uma tarefa fácil, mas é uma maneira possível de dizer que existe um caminho que será aos poucos construído e com o tempo se solidificará.

6. RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

6.1 Um Relato de História de Vida: O início da procura por respostas sobre mediação

Faltando pouco mais de seis meses iniciada minha trajetória na Faculdade de Educação da UFRJ cursando Pedagogia, em 2010, dei início a uma nova etapa profissional em uma escola particular localizada na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. Fui contratada como estagiária, pois me encontrava em processo de formação.

A escola atende crianças da Educação Infantil ao Ensino Médio e tem como base de trabalho o construtivismo. É nomeada como inclusiva e atende um significativo número de alunos com necessidades especiais e por conta disso é bem estruturada com rampas, elevadores e salas amplas, promovendo fácil locomoção e acesso para todos. Opta pela Pedagogia de Projetos, pois acreditam que é através dela que podem dar significado para a aprendizagem do aluno.

Percebi, não só no ano em que ingressei na escola, mas nos demais, que algumas crianças eram acompanhadas por um adulto em sala. Até então, não conhecia a figura do mediador escolar. Observava crianças com necessidades especiais que necessitam de cadeira de rodas para se locomover e entendia a presença desse adulto. Contudo, me chamava atenção que outras crianças também eram acompanhadas.

A partir desta inquietação, fui à busca de informações para me familiarizar com aquela situação, já que como estagiária, poderia passar por alguma turma que tivesse a presença de mediador. Conversei com a psicóloga da escola e ela esclareceu minhas dúvidas, explicando como funcionava a mediação.

Agora familiarizada com mediação escolar, e ainda como estagiária, em 2013, recebi em minha turma um aluno com atraso cognitivo que era mediado por uma mediadora, também em formação. Descobri que as demais mediadoras estavam em formação, outras formadas em Psicologia ou Pedagogia e até pós-graduadas.

Aos poucos fui me encantando e me identificando com mediação escolar e busquei, paralelamente, cursos sobre o tema. Já na Faculdade de Educação da UFRJ procurei disciplinas que contemplassem este tema, mas só encontrei uma que poderia abordá-lo intitulada “Introdução em educação”. Todavia, era ofertada em um horário inviável para mim.

Como sempre me mostrava disponível e interessada sobre mediação, fui sondada para ser mediadora, em 2014, de um menino com Síndrome de Down, que já era da escola e estava indo para o 4º ano. Antes de aceitar a proposta, tive uma reunião com a psicóloga da escola

que me contou sobre a trajetória do aluno. Após, tomei minha decisão e encarei o novo desafio.

Por ser uma escola particular, a contratação do mediador é feita pela família e logo a mãe entrou em contato comigo, por telefone. Conversamos sobre o percurso feito pelo filho, e os trabalhos das antigas mediadoras. Contou também sobre a equipe terapêutica que o acompanha, como terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, educador físico e pediatra.

Cheguei à escola, agora como mediadora, e fui bem recebida pelo menino e já me encantei com ele. Na primeira semana de aula, não havia muitas atividades para adaptar, pois era um acolhimento para a professora conhecer a turma. Estava insegura quanto às adaptações porque sabia muito pouco como funcionava, mas isso não me impediu de fazer um bom trabalho, me envolver de “corpo e alma”. Neste início, até então, sabia muito pouco sobre Síndrome de Down e busquei inteirar-me do tema pesquisando em livros, frequentando palestras e cursos.

Aos poucos descobri que, nos anos anteriores, o menino fugia de sala e todo momento a mediadora corria atrás dele, muitas vezes sem sucesso. Ora chorava, ora se jogava no chão, o que dificultou o seu relacionamento com a turma. Logo, meu primeiro objetivo era fazê-lo permanecer em sala durante atividades e mostrar a ele que pertencia a uma turma.

Para conseguir gradativamente este feito, estabeleci com o menino certos combinados, não o reprimindo e sim conversando e mostrando que poderia sair de sala para “respirar”, desde que avisasse, sem necessidade de fugir. E quando estivesse no meio de alguma atividade, deveria tentar terminá-la, antes de passar para outra.

Logo neste início, participei de uma reunião com a terapeuta ocupacional que o acompanhava desde pequeno, a mãe e a psicóloga da escola. Nela me apresentei, a psicóloga apresentou o currículo do 4º ano, a terapeuta ocupacional contou sobre todo o trabalho que tem feito com ele e a mãe complementou, contando sobre o seu cotidiano em casa. Juntas trocamos formas de trabalhar e estabelecemos métodos de trabalho visando facilitar suas relações pessoais e com o próprio conhecimento, fazendo uso de bastante material de apoio concreto, como material dourado, ábaco, vídeos, quadro branco, calculadora, dicionário infantil etc. Como o conteúdo do 4º ano era denso, optamos por estabelecer uma linha de aprendizagem em cada área, elegendo o que ser essencial e significativo para ele neste período. Em Matemática, área desafiadora para o menino, optamos por retomar os conteúdos do 3º ano, e ir avançando aos poucos. Já em Português, área de maior facilidade para ele, seguimos com os conteúdos da série e as demais áreas também, propondo atividades criativas, dentro do que o menino é capaz. Acordamos também que a cada trimestre eu redigiria um

relatório sobre a evolução e o trabalho feito, além de participar de alguns encontros do menino com a terapeuta ocupacional em seu consultório. Por fim, a psicóloga da escola se comprometeu a me ajudar, quinzenalmente, mas adaptações das fichas de atividades.

O menino se mostrou afetivo e logo estabelecemos um vínculo de confiança. Pouco a pouco fomos nos conhecendo, conhecendo nossos limites e somente após o primeiro trimestre consegue estabelecer metas e objetivos de trabalho, pois até aquele momento estava sondando onde eu poderia avançar ou retroceder baseado em conteúdos dados em anos anteriores.

Ao longo dessa minha caminhada, tive bastante suporte da família, terapeuta ocupacional e da coordenação da escola. Contudo, vivi algumas situações que geravam inquietações. Uma delas era a visão que muitos funcionários, alunos e até professores tinham do meu aluno. Achavam, mesmo que implicitamente, que por ser portador da Síndrome de Down, era frágil, e muitas vezes me “condenavam” com olhares (poucas vezes com fala) quando eu chamava sua atenção no corredor, no pátio ou na cantina. Fora isso, em ambientes coletivos, como por exemplo, o recreio, achavam que ele era total responsabilidade minha e não, também, da professora regente e da professora auxiliar, e qualquer situação ou problema ocorrido com ele, iam direto me procurar. Se ele havia se machucado, brigado ou desrespeitado alguém, não se direcionavam a professora auxiliar que estava presente no momento e sim a mim que ficava na biblioteca enquanto ele brincava no recreio com outras crianças. Foi um “trabalho de formiguinha” até conseguir mostrar as pessoas que pelo fato dele ter uma síndrome e contar com a ajuda de um mediador, deveria ser tratado igual aos demais alunos, respeitando os limites, claro.

A escola, para complementar o conteúdo que estava sendo dado em sala, organizava estudos de campo, ora em museus, ora em parques florestais, variando com a série e o conteúdo. Infelizmente, não participava destes estudos, pois a coordenação acredita ser esse o momento de meu aluno “andar com as próprias pernas”, o que não concordava, uma vez que o conteúdo dado em sala para ele era adaptado e muitas vezes o visto nos estudos era denso e fazia com que se dispersasse facilmente, dificultando seu aprendizado. Eis aí mais uma questão que me gerou inquietação.

Havia no currículo as aulas especializadas que eram: Artes Plásticas, Música, Informática, Ciências e Educação Física. Inicialmente, foi acordado que não haveria necessidade da minha presença em algumas dessas aulas e poderia utilizar esse tempo para adaptar atividades. Frequentava com o menino as aulas de Ciências e, a pedido da professora, as aulas de Informática, pois ele tinha bastante dificuldade em mexer no computador. Em um dado momento, a professora de música pediu que eu passasse a frequentar as aulas para ajudá-

lo a tocar flauta. Conversei com ela que não tinha problema algum eu participar, mas não surtiria efeito já que eu não sei tocar flauta para poder ajudá-lo. Assisti a quatro aulas, mas percebi que com a minha presença ele ficou acuado, prejudicando seu rendimento. Foi então, que o mesmo chegou até mim e pediu para que eu não fosse as aulas porque ele não precisava naquela aula, “já era grande” e fazia aulas de música fora da escola também. Conversamos com a coordenação sobre o ocorrido e, desde então, não as frequentei. Contudo, fiquei me questionando sobre como fazer a eleição da presença do mediador nas aulas, se era necessário o mediador ser a “sombra” do aluno e que consequências isso poderia ter, surgindo assim mais uma inquietação.

Apropriada da teoria que busquei em cursos que frequentei que abordavam a inclusão e outros que trabalhavam especificamente a mediação, como leis e até oficinas de materiais adaptados, fui ganhando confiança e certeza naquilo que traçava como objetivo para minha vida e também para o trabalho com meu aluno. Desde então, passei a usufruir toda a minha criatividade para montar atividades, adaptar livros densos, e trabalhar com situações cotidianas. Recordo de um livro paradidático que a turma estava lendo que continha 80 páginas, onde o transformei em uma pequena apostila em forma de história em quadrinhos, destacando os pontos principais da história, que utilizaríamos para complementar o livro didático.

Minha relação com meu aluno teve também momentos difíceis. Quando nos desgastávamos, a professora regente entrava em cena, tomando conta da situação, pois com a intervenção dela nesses momentos, ele realizava as atividades. Destaco que a professora foi uma grande parceira, antecipando seu planejamento para que eu pudesse me organizar, o tratando igual aos demais, sem regalias, ajudando em momentos difíceis, contribuindo com dicas e ideias para melhorar o trabalho feito com ele, enfim, posso dizer que esta professora realmente se preocupa com a inclusão.

Mesmo com esses momentos complicados, a relação entre mim e o meu aluno era intensa e, ao mesmo tempo em que nos desentendíamos, viramos amigos e até confidentes, pois em muitas situações em que ele estava triste ou cabisbaixo, outros iam ajudar, mas ele só queria contar pra mim o que estava acontecendo. Gostávamos mesmo um do outro. Ele era um menino encantador, alegre, cumprimentava a escola toda e era querido por praticamente todos, desde o porteiro até o diretor.

Próximo de acabar o ano letivo, o menino começou a apresentar comportamentos inadequados, brigando com os amigos, recusando-se a realizar tarefas, desrespeitando funcionários da escola e alguns professores. Descobri que era reflexo de uma situação que ele

estava vivenciando na sua família e então, eu, junto com a professora e a terapeuta ocupacional, pensamos em novas estratégias para acabar o ano bem. Foi um momento complicado, mas vencemos essa etapa.

Ao final do ano letivo, percebi que o trabalho feito ao longo do ano teve sucesso, pois ele já conseguia ficar mais tempo concentrado e permanecer em sala, passou a interagir melhor com a turma e no final já se sentia parte dela, alcançou as habilidades esperadas em todas as áreas do conhecimento e posso dizer que a principal delas, foi me engrandecer como futura educadora. Contudo, por me aproximar dos períodos finais da faculdade e ter feito poucas disciplinas de Prática de Ensino, tive que largar a mediação para realizá-las e não segui como mediadora do menino para o 5º ano.

Foi possível, então, com esta experiência, me aprofundar mais sobre a inclusão e ao mesmo tempo, gerar inquietações, que deram fruto a esta pesquisa ao vivenciar situações em que o papel do mediador não fica tão claro e muito menos sua definição e, além disso, questionamentos referentes à formação do discente de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ para atuar como mediador.

6.2. Do relato de vida à pesquisa de campo: resultados e análise.

Apoiados nos estudos apresentados até o momento neste capítulo serão expostos os resultados alcançados e a análise de dados coletados. Como um dos instrumentos desta pesquisa, apliquei questionário que, segundo Chaer, Diniz e Ribeiro (2007, p.260) é “uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade”. Na presente pesquisa esta se refere à realidade do discente de Pedagogia como mediador no cotidiano escolar. Alguns estudiosos acreditam que este instrumento de pesquisa pode não oferecer dados confiáveis, todavia acredito que o aplicando pode-se chegar a resultados próximos da realidade que pretendo expor. O questionário visa identificar as práticas e suas dificuldades, assim como, os possíveis desafios da mediação escolar enfrentados pelos discentes de Pedagogia no cotidiano de uma classe regular, além de trazer reflexões a respeito da formação do pedagogo da Faculdade de Educação da UFRJ no que diz respeito ao estudo da inclusão e da mediação escolar.

O questionário foi dividido em duas partes: informações iniciais e mediação escolar. Na primeira parte constam perguntas de cunho informativo com a intenção de conhecer os sujeitos da pesquisa como: período que cursavam experiência profissional na qualidade de

mediador e se atuavam em instituição pública ou privada. A maioria das perguntas desta etapa era fechada com opções de “sim”, “não” e “outros”. Já na segunda parte, intitulada “mediação escolar”, as perguntas eram abertas e envolviam diversos olhares relacionados ao tema desta pesquisa..

A seguir, apresentarei as informações técnicas dos participantes deste instrumento, focando que seus nomes não serão revelados, sendo identificados por “Participante 1”, “Participante 2” e assim, sucessivamente.

É relevante informar que a pesquisa contou com nove participantes, sendo um do sexo masculino e os demais do sexo feminino. São estudantes do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ, cursando do 5º período em diante, como mostra o gráfico abaixo, sendo 1 participante do período citado, 4 participantes do 7º período, 3 participantes do 10º período e 1 participante de períodos acima, representado na opção “outros”, como mostra o gráfico adiante.

Diante do grupo participante, existem sete participantes trabalhando como mediadores atualmente (gráfico 1), onde cinco atuam em escola particular e dois em escola pública. Os outros dois participantes atualmente não trabalham com mediação, mas já o fizeram.

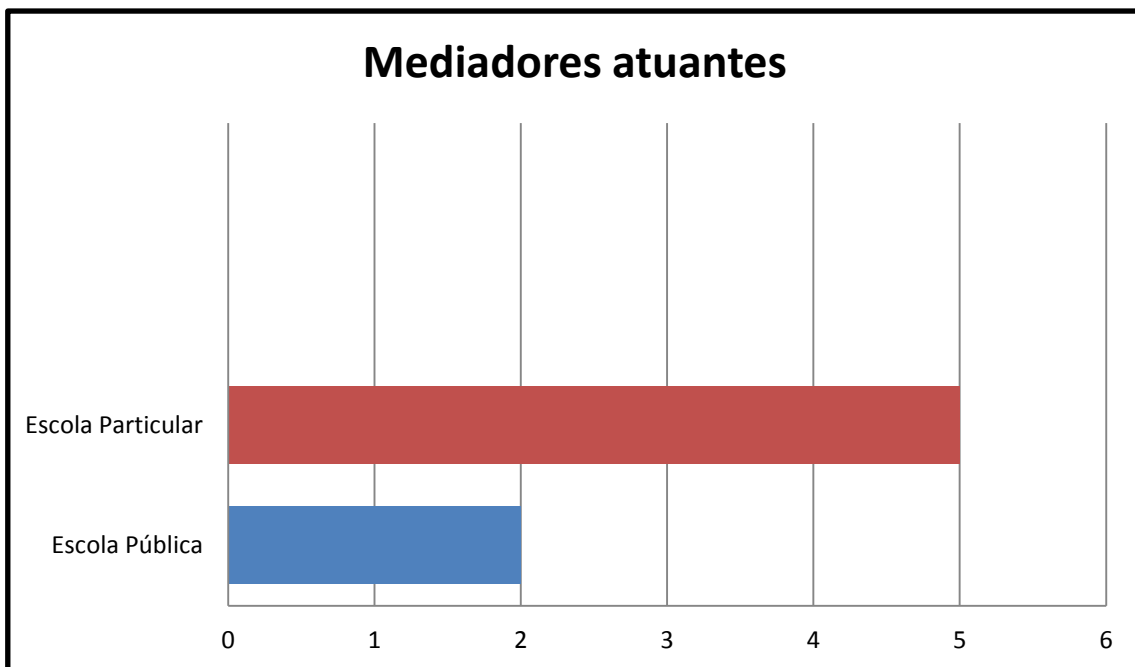


Gráfico 1 – Fonte: Dados do questionário aplicado

Relacionado à experiência de tempo de trabalho como mediador escolar (gráfico 2), até o presente momento, a mesma varia entre 1 ano e 6 anos. Os participantes que não trabalham no momento com mediação têm em seu currículo dois anos de experiência.

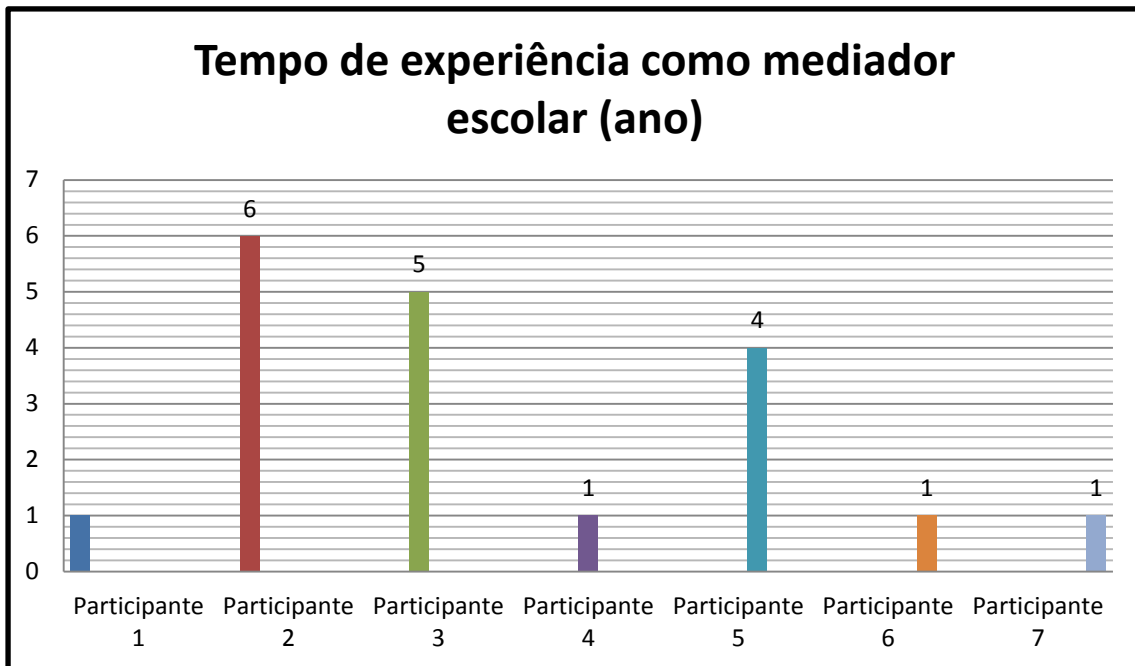


Gráfico 2 – Fonte: Dados do questionário aplicado

Apresentado os dados iniciais, analisarei as perguntas abertas sobre mediação. A primeira questão presente no questionário, com a finalidade de contribuir para a tentativa de traçar uma motivação inicial para a escolha da mediação, é apresentada abaixo:

O que o motivou a ser mediador (a) escolar?

A grande maioria dos participantes citou que se interessavam ou buscavam aprofundamento na área da Educação Especial e que a maior motivação se deu após participação em estágios, obrigatórios e não obrigatórios, como estagiários ou professores auxiliares que, durante a prática, vivenciaram casos de inclusão de crianças com mediação ou até mesmo exercendo essa função indiretamente, como vemos nos relatos do “Participante 1”, do “Participante 4” e do “Participante 8”, respectivamente:

Participante 1: *“Sempre me interessei pela área de Educação Especial e na escola em que trabalho, comecei como estagiária e sempre observava crianças com mediadores e fui me informar mais sobre isso, já que não conhecia e logo me encantei e optei pela área.”*

Participante 4: *“Durante um estágio não obrigatório como professora auxiliar, desenvolvi um trabalho com uma aluna de inclusão que não*

tinha mediadora, nesse processo desempenhava a função de auxiliar de turma e mediadora. Esse contato fez com que eu me interessasse pela educação especial e tentasse prosseguir na instituição como mediadora.”

Participante 8: *“Por cursar Pedagogia tive interesse conhecer todas as áreas do campo educacional e surgiu a possibilidade de estagiar na prefeitura do RJ como mediador e vi como uma grande oportunidade de adquirir conhecimentos na área da educação especial.”*

Há também outros que não tiveram motivação ao optar pela área da mediação escolar, mas buscaram uma experiência na área de educação, visto a escolha do curso de sua graduação, como a resposta dada pelo “Participante 6”:

Participante 6: *Não houve uma motivação. Me candidatei a uma vaga de estágio e me foi ofertada a vaga de mediadora escolar.*

E também pelo “Participante 7”:

Participante 7: *Busquei um trabalho ou estágio que eu pudesse atuar na área de educação.*

Portanto, não parece que para esse público a motivação ou ausência da mesma em relação à mediação foi a decisão que levou os participantes a atuarem nesta área. O importante parece, a partir dos relatos, é que este é um campo que está “apenas engatinhando”, chegando aos poucos nas escolas por meio das leis sancionadas no Brasil nas últimas décadas relativas à inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas regulares. Tal fato demonstra como o tema na área de Educação merece atenção e uma maior gama de pesquisas acadêmicas a respeito.

Na segunda pergunta, foi questionado se ao ingressar no trabalho de mediação escolar o participante teve alguma orientação para realizá-lo por parte da escola, equipe terapêutica da criança ou até mesmo por algum órgão público, no caso de atuação em escolas municipais do Rio de Janeiro, como por exemplo, indicação de leitura ou cursos, orientações da coordenação pedagógica ou até mesmo uma cartilha, documento ou manual. Esta questão proposta pelo instrumento advém de um posicionamento meu de acreditar ser de responsabilidade da escola, por intermédio da coordenação pedagógica, orientar o trabalho do mediador, para que

futuramente, possa caminhar com independência, recorrendo à coordenação ou equipe terapêutica quando necessário, para dialogar sobre sua prática.

Dos participantes, cinco, em sua experiência na escola particular, afirmaram receber orientação, enquanto quatro participantes, na experiência do ensino público, relataram essa ausência. Nas respostas coletadas, pude notar nitidamente como difere a chegada dessa orientação ao mediador quando a instituição é pública e quando é privada. Destaco, para confirmar esta afirmação, o *feedback* dado pelo “Participante 5” fazendo um comparativo entre o público e o privado atuando como mediador escolar:

***Participante 5:** Na escola particular tive algumas orientações: leitura de textos, inúmeras conversas com a orientadora educacional do segmento no qual trabalhava (orientações, dúvidas e conquistas compartilhadas). Além de um livreto sobre a escola (para conhecer melhor regras e concepções de educação da instituição). No primeiro trabalho com mediação, não tive orientação por parte da escola. Foram realizados somente encontros com o IHA (Instituto Helena Antipoff). Neles eram ministradas palestras sobre educação especial, parecia uma repetição das aulas na faculdade. Por isso, fiz um curso sobre mediação escolar do grupo Inclusive, ministrado por Carolina Carvão, para guiar o meu trabalho, saber escolher caminhos para traçar... E principalmente, para começar a entender o que é e qual a função de um mediador escolar, porque quase não temos pesquisas no Brasil que falem sobre esse profissional que cada vez mais está no cotidiano escolar.*

Para Mousinho et al (2010, p.106) todos aqueles envolvidos no processo de inclusão devem trabalhar em consenso, “a fim de suprir a necessidade educativa daquela criança, favorecendo a conquista dos objetivos traçados por toda equipe.” Por conseguinte, é notório que para desenvolver um bom trabalho, o mediador precisa de um amparo inicial, para que aos poucos se aproprie do mesmo, buscando sua autonomia. Há igualmente a necessidade de reuniões entre a equipe de mediadores presentes na escola, possibilitando a troca de experiências vividas por cada um e estudos teóricos, a fim de contribuir para a formação e potencializar o trabalho da mediação nas salas de aula. Contudo, é preciso também que se tenha comprometimento por parte do mediador em buscar por si só diversos caminhos para se capacitar, seja por meio de pesquisas bibliográficas sobre mediação e sobre a deficiência, síndrome, transtorno ou outras questões que seu aluno apresenta como também cursos e palestras sobre o tema e não contar somente com o retorno da escola ou da equipe terapêutica do aluno. Podemos observar essa argumentação nos depoimentos, a seguir, de dois participantes:

Participante 3: *“Antes de começar a trabalhar com ele estudei sobre o autismo. Conversei com a fono e a psicóloga que o acompanha. A psicóloga me indicou alguns títulos de livros para leitura entre neurociência e aprendizagem. Na escola conversei com a coordenação juntamente com a professora que era da turma dele em 2014.*

Participante 4: *Com o apoio da psicóloga da escola iniciei o trabalho com outro aluno de inclusão. Essa parceria é muito importante, pois norteia como deverá ser desenvolvido nosso trabalho como professor mediador e nossa postura com relação aos professores regentes, pais, demais alunos e funcionários da instituição. Tive ajuda em um primeiro momento na adaptação de material e provas, mas depois de certo tempo consegui autonomia para prosseguir com as adaptações a minha maneira. O contato e troca com outros mediadores também foi fundamental para meu enriquecimento profissional.*

Em contrapartida, há ausência desse amparo, como já dito anteriormente, representado no relato do “Participante 7”:

Participante 7: *“Solicitei um estágio na 2ª CRE e fui encaminhada para trabalhar com uma criança com necessidades especiais. Não fui orientada sobre qualquer tipo de procedimento com o alunos, entretanto a professora regente da turma me ajuda com atividades para o aluno. Depois de aproximadamente um mês, participei de uma reunião organizada pelo Instituto Helena Antipoff. A convivência com o alunos durante o ano me permitiu agregar conhecimento para auxiliá-lo e minhas buscas sobre a síndrome.”*

Todavia, por mais que se ache que está sozinho, “nadando contra a maré” ao tentar mediar o aluno da melhor forma possível visando sua autonomia, sempre haverá alguém, em algum momento da trajetória da mediação, seja uma professora da escola onde trabalha, professores da faculdade, conhecidos ou amigos, que ajudarão dando suportes como, por exemplo, relatos de experiência, indicações de cursos, palestras ou até mesmo textos, para nortear o trabalho e dar segurança ao discente de Pedagogia para seguir na mediação. É o que notamos na resposta dada pelo “Participante 9”:

Participante 9: *“Na verdade uma professora me deu algumas sugestões, mas foi praticamente no meio do ano, quando já tinha lido vários artigos, textos acadêmicos entre outras matérias sobre o autismo. Alguns amigos me enviaram materiais sobre o tema, mas a*

escola não orientava em nada. Ao contrário, cobrava quando a criança tinha suas crises ou colapsos nervosos.”

À vista disso, segundo Gomes (2014), ao entrevistar uma terapeuta questionando-a sobre o que é indispensável ao mediador escolar para que faça um trabalho significativo e efetivo, esta responde que:

É indispensável ter encontros com a terapeuta da criança e ser capacitado porque, se não for assim, ele não terá dados específicos daquela criança, do que a torna única. Também é necessário um encontro com a escola. É extremamente necessário porque ele está sendo inserido. Eu posso trabalhar em uma escola construtivista, em uma escola sociointeracionista ou em uma escola montessoriana, mas preciso saber, enfim, qual é a missão dessa escola, qual é a política dessa escola, qual o método que vou utilizar dentro de sala. É claro que pode ter adaptações para aquele aluno que você está afetando sem dúvida, mas nunca passando por cima de uma coisa que foi construída e que tem toda uma crença dentro do sistema escolar. (p.75-76)

Outra pergunta presente no questionário foi a seguinte:

Para você, o que é o mediador (a) escolar?

Esta pergunta está incluída no instrumento na tentativa de colocar em pauta o que se entende pelo trabalho de mediação escolar e, implicitamente, tentar traçar um perfil e a função do mediador. Digo “tentar”, porque sua real função ainda é discutida no ambiente escolar.

Conforme Mousinho et al (2010, p.95), “a principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depara com dificuldades de interpretação e ação.”, defendendo que ele pode atuar em diferentes ambientes da escola com propósito social e pedagógico, não sendo só na sala de aula. No entanto, alguns acreditam que o mediador deve se responsabilizar somente pelo pedagógico, enquanto outros enfatizam que ele deve se apropriar e participar de todas as questões que envolvem o aluno seja elas social ou pedagógica e até mesmo de higiene. Posso dizer que a definição da função do mediador vai variar de acordo com a escola em que ele está inserido, como ela lida com a inclusão e com a inserção desse profissional em seu ambiente.

Ao unir as respostas dadas pelos participantes, compreendemos que o mediador é um profissional que atuará no processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo estratégias que busquem potencializá-lo, trabalhando em conjunto com os demais profissionais da escola como professores, estagiários, coordenação e funcionários visando facilitar e auxiliar a

aprendizagem do aluno para que tenha autonomia. Verificamos esta afirmação, nas seguintes respostas:

Participante 3: *“O mediador tem a função de facilitar e auxiliar a aprendizagem de um aluno inclusivo. Além do citado, trabalhar em conjunto com a equipe que trabalha com esse aluno (Psicóloga, fono, médico, psicopedagoga, coordenação, professora, direção,...) para alcançar o melhor resultado possível para esse aluno. Mas penso que não só a aprendizagem, mas as relações pessoais e sociais, o emocional através de incentivos e reflexões. A mediação está muito além da aprendizagem de conteúdos escolares. Exige-nos mais do que ensinar uma matéria do conteúdo pedagógico.”*

Participante 4 : *“O professor mediador é aquele que faz a leitura de mundo para a criança. É aquele que se propõe a dar voz a ela e consegue fazê-la crescer com a aprendizagem, se tornando cada vez mais autônomo. ”*

Participante 7: *“Um profissional que auxilia alunos com necessidades especiais no processo de aprendizagem, junto com ferramentas pedagógicas para que esse aluno tenha a possibilidade de compreender o conhecimento de acordo com os seus limites, porém sem limita-lo de qualquer conteúdo. O mediador deve também sempre buscar meios de proporcionar a autonomia do aluno.”*

De acordo com Gomes (2014) o mediador deve ter flexibilidade quanto ao que lhe é proposto e firmeza nos caminhos que seguirá, preparando todas as atividades cuidadosamente. Além disso, deve ter entusiasmo, que “etimologicamente, significa a força capaz de transformar a realidade e fazer as coisas acontecerem apesar da diversidade aparente.” (idem, p.70) O mesmo autor finaliza dizendo que poderá nascer outra definição e nomenclatura com intuito de regulamentar a profissão, mas não apenas justificar a presença do mesmo por conta das leis de inclusão sancionadas no país. Portanto, assim como Mousinho et al (2010) aponta que o mediador pode assumir o papel de agente da inclusão, pois dará apoio ao aluno mediado para que seja incluído no processo educacional e que sem ele atuando diretamente, poderia “ser desestruturante e insuportável, tanto para a escola quanto para o aluno com deficiência.” (p.95)

Dando continuidade às questões, chegamos a uma das principais perguntas presente no questionário:

Quais os desafios e dificuldades enfrentadas por você para a realização desse trabalho? Liste o máximo que puder ou todos, se possível.

Iniciar na mediação não é tarefa fácil. Esbarraremos com dificuldades e enfrentaremos desafios. O primeiro deles é ingressar na escola e atrelado a isso aparece a insegurança como relatada na história de vida da pesquisadora. Ao se tomar conhecimento da linha institucional da escola, deparamo-nos com pessoas leigas que desconhecem a função do mediador e interferem no processo. Aos poucos é que a comunidade escolar irá se familiarizar com a presença desse profissional, antes inexistente no ambiente escolar.

Outra questão pouco definida é quanto à formação do mediador. Há autores que defendem que este pode ser fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, fisioterapeuta e pedagogo, destacando que podem ser discentes também. Isto vem em função do histórico da educação especial que teve origem médica. Contudo, acredito que não existe a formação mais adequada, o que se tem são pessoas com perfil para atuar como mediador, mas habitualmente vemos psicólogos ou pedagogos atuando. É o que nos mostra Gomes (2014), ao reproduzir a posição de uma terapeuta sobre o profissional mais adequado para atuar como mediador:

A sua eficiência vai depender do quanto ele foi instrumentalizado, o quanto ele recebeu informação e o seu perfil. Há gente que tem perfil e há gente que não tem perfil, como para qualquer profissão. O mais comum são psicólogos e pedagogos. A gente não tem preferência. (p.75)

No entanto, reforço que o foco deste trabalho se dá em torno do discente de Pedagogia.

Para facilitar a análise dessa questão, observei as respostas dadas e as dividi em três grandes blocos: professor regente, escola e execução e informação para o trabalho de mediação escolar.

No primeiro bloco, intitulado “professor regente”, destaquei os desafios e dificuldades referentes ao convívio entre mediador e o professor regente. A grande maioria mencionou instabilidade nessa relação devido à falta de apoio por parte dos professores, difícil acesso ao planejamento semanal ou mensal para inteirar-se do conteúdo a ser dado e por fim, recuo frente ao aluno com necessidades educacionais especiais ao exporem que os professores acreditavam ser este aluno total responsabilidade do mediador, mantendo pouco contato com o mesmo. Todavia isso se deu, na maior parte das respostas devido ao pouco entendimento que o professor regente tem sobre o conceito de inclusão, mediação e a função do mediador escolar, podendo o mesmo chegar a ser considerado por muitos dos entrevistados como nulo. Em alguns casos este não é orientado pela coordenação ou mesmo não se interessa pelo tema,

dificultando o trabalho da mediação. É necessário que o professor regente e o mediador caminhem juntos, que sejam parceiros e para que isso ocorra é preciso que o mediador seja reconhecido também como professor, uma vez que precisa estudar para dominar o conteúdo que será abordado com o aluno com necessidades educacionais especiais. E isso se dificulta no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio devido aos conteúdos densos e professores “especialistas” de diferentes áreas, como relatou um dos participantes da pesquisa. Ademais, o mediador tem que entender sobre as necessidades especiais do seu aluno e sobre inclusão. À vista disso, optar por ser mediador não é tão simples, exige tanto trabalho quanto o professor regente.

Em compensação, o mediador não pode esquecer que a turma tem um professor regente para conduzi-la e deve ter a sensibilidade de não invadir o trabalho do mesmo e sim buscar uma parceria, efetivando o trabalho da mediação como afirma Mousinho et al (2010) em seu artigo.

No segundo bloco de respostas, constam aquelas de cunho escolar, competências da escola referente ao mediador escolar. Dentre os desafios e dificuldades, narraram a ausência de uma sala para realizar avaliações ou trabalhos que exijam do aluno concentração, por conseguinte, um ambiente calmo para tal; a inexistência de um ambiente próprio para os mediadores, seja para planejar, adaptar atividades, estudar ou trocar experiências e, junto a isso, carência de reuniões com a equipe de coordenação ou equipe terapêutica do aluno para nortear o trabalho a ser desenvolvido. Houve também relato de dificuldades com os funcionários de outros setores da escola que tinham pouco entendimento sobre o papel do mediador, não intervindo quando necessário, deixando isso a cargo do mediador. Isto pode ser observado no relato de história de vida da pesquisadora ao descrever as dificuldades na hora do intervalo onde os demais funcionários tinham um olhar diferenciado para o aluno, não chamando sua atenção quando necessário, deixando isso a cargo da pesquisadora.

Já no último bloco de respostas, um pequeno número de participantes expôs como desafio e dificuldade para realizar a mediação a inexperiência dos mesmos. Agrupado a isso, alegaram dificuldade ao adaptar as atividades e materiais, além de falta de informação a respeito da contratação do mediador se seria feito pelos responsáveis ou pela escola. Outros relataram ausência de conhecimento prévio do aluno, ou seja, o que ele era capaz de fazer e o que ainda precisava conquistar, enquanto alguns relataram resistência por parte do aluno ao aceitar o mediador ao seu lado. Citaram também poucos debates sobre Educação Especial e

inclusão, disciplinas ou cursos de extensão sobre mediação escolar no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ.

A seguir segue a tabela de respostas obtidas no questionário, separadas por blocos nomeados anteriormente:

<i>Bloco 1 – Professor Regente/Mediador Escolar</i>	<i>Bloco 2 - Escola</i>	<i>Bloco 3 – Execução e informação para o trabalho de mediação</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Professoras que achavam que o aluno com NEE era somente responsabilidade minha e quase não mantinham contato com o mesmo - Professores sem entendimento do assunto. - Rigidez da professora em aceitar o meu modo de trabalho - Falta de confiança no meu trabalho por parte da professora, pois eu realizava provas com ele fora da sala de aula. - Falta de credibilidade no aluno por parte da professora - Alguns professores tendem a abdicar do papel de professor pela existência da mediadora (não chamam aquele aluno a participar e acha que isso é apenas sua função) - Dificuldade de acesso ao planejamento semanal e diário da professora regente. Parecia que o mediador estava ali para dar a atenção que aquela criança especial demandava enquanto a professora teria que "dava conta" do restante da turma. 	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionários da escola que achavam que eu era "babá" e devia cuidar dele em todos os ambientes da escola, inclusive no intervalo. - Espaço para realizar atividades diferenciadas. - Espaço calmo para o aluno realizar avaliações. - Relação com outros membros da escola. - Espaço próprio para mediadores. - Reunião pedagógica com coordenação. - Adaptação adequada de provas - Senti falta de um encontro de toda a equipe que trabalha com ele. - Falta de parceria com alguns membros da escola (merendeira, diretora, coordenadora pedagógica). 	<ul style="list-style-type: none"> - Tinha o desafio de trabalhar com a socialização, autoconfiança, autoestima, autocontrole, desenvolvimento da linguagem escrita e verbal (ele é verbal, mas tinha que estimular a construção de falas completas e orientadas na conversa) - Conhecer o aluno o suficiente para iniciar o trabalho de desenvolvimento. - No início senti resistência do aluno a minha presença, - Falta de reconhecimento do trabalho do professor mediador. - Outro ponto a destacar como dificuldade encontrada foi o fato das concepções de educação e de criança que eu tinha ser completamente diferente dos paradigmas que a escola seguia. - Outras dificuldades surgiram: a adaptação de materiais e avaliações juntamente com o tempo disponível para isso.

<ul style="list-style-type: none"> - Maior dificuldade encontrada foi de início, o diálogo/troca com os professores: um para cada disciplina, no total eram nove matérias - Falta de parceria com alguns docentes - O convívio no dia-a-dia com os professores - Falta de apoio da maioria dos profissionais da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de outros profissionais que poderiam auxiliar na minha atuação como mediadora e na inclusão das crianças como: psicólogos, psicopedagogos, coordenadores ou orientadores educacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - A maior dificuldade no início foi a minha falta de experiência. Eu não sabia quais conteúdos deveria estudar com o aluno, me limitando apenas as atividades propostas pela professora regente da turma. - Falta de informações sobre quem é responsável pela contratação do mediador: os pais ou a escola? - Poucos debates na UFRJ sobre Educação Especial. - Falta de material especializado e poderiam ter cursos mais específicos sobre mediação escolar na graduação de Pedagogia.
---	--	--

Tabela “Desafios e dificuldades do mediador” – Fonte: Dados do questionário aplicado

O tema da última questão do questionário refere-se ao currículo e formação do discente de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ enquanto contribuições para a atuação do mesmo como mediador escolar. Esta foi formulada da seguinte maneira:

Pensando em nosso curso de Pedagogia, na disciplina de Fundamentos da Educação Especial e nas demais disciplinas que nos são oferecidas, você acha que estamos aptos ou temos informações suficientes para exercermos a função de mediador (a) escolar? Justifique sua resposta.

Antes de comentá-la, apresentarei um pouco da grade curricular do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ. Ele é composto por nove períodos, podendo ser cursado em até quatorze. Dentre as disciplinas obrigatórias, apresenta duas que por sua nomenclatura, poderiam abordar a Educação Especial, inclusão e conseqüentemente, mediação escolar. São elas: Fundamentos da Educação Especial oferecida no quarto período e Psicopedagogia e educação, oferecida no sexto período. Ao passo que no grupo das eletivas, há uma disciplina intitulada “Inclusão em Educação”.

Todos os participantes dessa pesquisa relataram não obter contato com o termo mediador ou mediação escolar ao cursar as disciplinas obrigatórias citadas acima. No caso da

eletiva, como é de escolha do discente, muitos tiveram interesse, mas não cursaram por conta do horário que era oferecida, portanto, não opinaram sobre ela.

Quanto à disciplina de Fundamentos da Educação Especial, pude perceber ao observar os relatos dos participantes, que sua abordagem foi voltava para síndromes, transtornos e deficiências de maneira ampla e superficial, não mencionando a mediação escolar, como podemos observar nas narrativas dos participantes abaixo:

Participante 4: *“Não posso falar em caráter de pesquisa relacionada à área desempenhada pela UFRJ, pois não participei de nenhuma, porém enquanto aluna que cursou a disciplina em Educação Especial, posso afirmar que não contribuiu muito para minha aprendizagem nesse quesito”*

Participante 5: *“A disciplina de Fundamentos da Educação Especial do curso de Pedagogia da UFRJ não aborda sobre as questões atuais no campo da educação especial. Mediação escolar e/ou mediadores nem foram mencionados quando cursei a disciplina, no quarto período. Lembro que estudei sobre a história da educação especial no mundo ocidental e no Brasil e foi possível perceber o quanto a área é recente. Estudamos, também, algumas legislações vigentes na época, a diferença entre integração e inclusão (a professora da disciplina defendia uma educação inclusiva) e informações a respeito das necessidades educacionais especiais e as deficiências do ponto de vista social, legislativo e histórico.”*

Participante 7: *“Essas disciplinas não apresentaram como realmente é uma sala de aula com um aluno especial, as dificuldades e como um docente pode atuar neste caso.”*

Participante 8: *“A disciplina de Educação Especial é ministrada só em um semestre e pouco tempo para o professor trocar conhecimentos com o alunado sobre esse tema.”*

Já sobre a disciplina de Psicopedagogia e educação, apenas um participante expôs que ao cursá-la, contribuiu para seu trabalho como mediador, mas lamentou o pouco tempo que é oferecida. É o relato do “Participante 3”:

Participante 3: *“Uma matéria que me auxiliou muito na mediação foi a Psicopedagogia e por esse motivo irei continuar meus estudos além da graduação nessa linha de estudos, pois foi a matéria que mais me ajudou no trabalho como mediadora, mas infelizmente temos apenas um semestre de estudos sobre a Psicopedagogia.”*

É notório que durante a graduação é oferecido ao discente de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ uma gama de disciplinas que contribuem para a formação de um professor crítico e a mesma apresenta, também, um olhar amplo da esfera educacional. Contudo, é indispensável oferecer mais disciplinas, em continuidade ao longo do curso e não somente uma ou duas com espaçamento grande, que abordem e discutam sobre a atuação do mediador escolar, uma vez que as disciplinas ofertadas ainda são poucas e oferecidas em quinze encontros semanais, tempo esse considerado pouco significativo para tornar apto o discente de Pedagogia para atuar como mediador escolar. É fundamental para a formação do futuro pedagogo maior aprofundamento sobre os ensinamentos da inclusão e da mediação, mais pesquisas e mais interesse por parte tanto dos discentes quanto da universidade em ofertar disciplinas obrigatórias do campo da inclusão.

Assim destaco que concomitante à teoria, deverá ser discutida a prática, porque é por meio dela que o discente poderá traçar metas para trabalhar com o aluno mediado, ou seja, debates e trocas de experiências durante as disciplinas de graduação são necessários para nortear a atuação do discente de Pedagogia enquanto mediador escolar. Termino, então, com a narrativa do “Participante 6” ao falar do discente de Pedagogia e sua atuação:

Participante 6: *“Cada criança aprende de forma diferente, seja ela público alvo da educação especial, ou não. Acredito que o trabalho docente é constante. Especialmente quando se trabalha com crianças com necessidades especiais. Somente observando o educando em seu cotidiano é que o professor mediador irá perceber as estratégias que deverão ser tomadas e assim trabalhar da melhor forma possível com aquela criança.”*

CONCLUSÃO

A presente monografia pretendeu investigar os desafios da inclusão na escola enfrentados pelo discente de Pedagogia como mediador escolar. Para esse fim foram analisadas as respostas dadas pelos discentes de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ que participaram da pesquisa respondendo ao questionário proposto, além de revisão bibliográfica e levantamento de dados sobre o tema.

Início a conclusão com uma pequena fábula:

Era uma vez uma escola para animais. Os professores tinham certeza de que possuíam um programa de estudos inclusivo, porém, por algum motivo todos os animais estavam indo mal. O pato era a estrela da classe de natação, porém não conseguia subir nas árvores. O macaco era excelente subindo em árvores, mas era reprovado em natação. Os frangos se destacavam nos estudos sobre grãos, mas desorganizavam tanto a aula de subir em árvores que sempre acabavam na sala do diretor. Os coelhos eram sensacionais nas corridas, mas precisavam de aulas particulares de natação. O mais triste de tudo era ver as tartarugas, que, depois de vários exames e testes, foram diagnosticadas como tendo “atraso de desenvolvimento”. De fato, foram enviadas para uma classe de educação especial em uma distante toca de esquilos. A pergunta é: quem eram os verdadeiros fracassados? (FREITAS, 2015 *apud* CAMELS, 2003, p.62)

Esta fábula nos faz refletir sobre aspectos relacionados à inclusão, visto que para ser reconhecida como inclusiva, a escola deve acolher todos os alunos, respeitando suas particularidades e promovendo, assim, meios para que o mesmo tenha acesso ao conhecimento, independente se tem ou não necessidades especiais. Portanto deve compreender que cada aluno é único e apresenta determinadas habilidades e dificuldades de aprendizagem. Alguns caminham por si só enquanto outros necessitam de ajuda específica. Para tal, se manifesta um campo na inclusão conhecido como mediação escolar.

Pontuo, primeiramente, que a escolha pelo tema se deu em função da dificuldade encontrada ao buscar bibliografia sobre o assunto abordado neste trabalho monográfico. Por conseguinte, se faz necessário expandir as pesquisas acadêmicas acerca da mediação escolar, que obteve visibilidade a partir da Convenção de Salamanca na qual os países participantes propuseram-se a incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais em classe regular de ensino, adaptando-se para tal.

Com isso, surge um ator de suma importância e algumas questões a seu respeito geram indagações, a começar por sua nomenclatura, ora chamado de facilitador, ora profissional de apoio, ora mediador escolar. Destaco que durante toda a produção deste trabalho, optou-se pela denominação “mediador escolar”, mas, independente da escolha usada, seu trabalho

contribuirá para a formação pessoal e pedagógica do aluno com necessidades educacionais especiais.

Em face aos dados apresentados sobre mediação escolar, sabemos que mesmo sendo uma figura que representa mudança no cotidiano escolar, a função do mediador ainda não está clara, pois variará de acordo com o que casa escola entende por inclusão e mediação. No entanto, visivelmente, o mediador não deve apenas intermediar situações, e sim proporcionar a construção do elo entre o ambiente e o aluno mediado disponibilizando recursos para que este busque sua autonomia.

Não podemos esquecer que o mediador não deve ser olhado como professor regente da criança, mas sim como professor de apoio, uma vez que se apropriará do currículo para eleger os conteúdos primordiais a serem dados e conseqüentemente redigir os materiais adequados. É preciso estar claro para o professor regente que a presença do mediador na sala de aula não inibe o seu trabalho com o aluno mediado. Pelo contrário, é mais um profissional para colaborar. Todavia o que se vê na grande maioria das escolas são professores que deixam seu papel para o mediador, o que não é correto e nem contribuiu para a inclusão do aluno com necessidade educacional especial. O fundamental é que o professor regente assuma sua responsabilidade diante desse aluno também e que haja uma parceria entre ambos. Portanto, não é o mediador que deve dar todas as instruções, ele apenas intermediará essa relação.

Em suma, a pesquisa realizada expressa a necessidade de normalizar a atividade do mediador escolar à frente da realidade observada nos últimos anos no campo da Educação Especial e da inclusão, garantindo os direitos àqueles com necessidades especiais de maneira eficaz e dando a merecida valorização ao mediador escolar. Além disso, é preciso procura pela formação continuada do discente de Pedagogia para atuar como mediador escolar, o que nos leva a refletir e reexaminar a formação do pedagogo. Logo, optar por exercer o papel de mediador escolar não é tarefa fácil. Lidará com falhas, frustrações e desgastes e se deparará com um “verdadeiro trabalho de formiga”. Contudo, será gratificante observar as conquistas alcançadas pelo aluno, o possibilitando caminhar com autonomia.

Por fim, são necessários estudos aprofundados e que se desenvolvam trabalhos científicos sobre mediação escolar para nortear questões ainda em discussão a respeito da atuação e formação do mediador. Enquanto a mediação acarretar tensões que despertem mudanças, mesmo que minúscula, junto com as leis de inclusão estabelecidas em nosso país ao longo das duas últimas décadas, o mediador terá aos poucos seu reconhecimento e visibilidade necessária.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1989. **Cria o Centro Nacional de Educação Especial.** Brasília.
- _____, Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Brasília
- _____, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília.
- _____, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC, SEESP, 2001.
- _____,. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- _____,. Secretaria de Educação Especial. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** SEESP, Brasília: UNESCO, 1994.
- _____,. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.
- _____,. Ministério da Educação e do Desporto. **Considera a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais;** Portaria nº 1.793, de 16 de dezembro de 1994.
- _____,. Ministério da Educação. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica,** Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2001.
- _____,. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
- _____,. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.
- _____,. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- _____,. Ministério da Educação. Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**
- _____,. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência,** Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.
- GLAT, Rosana (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: Editora 7letras, 2007. 210 p.
- GOMES, Marise Miranda. **O orientador educacional, o medidor escolar e a inclusão: um caminho em construção.** Rio de Janeiro: Editora Wak, 2014. 124 p.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.d.a.. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.d.a. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. Cap. 3. p. 28-40.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças. In **Revista Nova Escola**, maio, 2005. Disponível em:

<<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml> >

Acesso em: 25 -03-16.

MAZZOTTA, Marcos. História da Educação Especial no Brasil. In: MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: histórias e Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 2012. Cap. 2. p. 27-63.

MOUSINHO, Renata et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões.. **Rev. Psicopedagogia**, São Paulo, vol. 27, n. 82, p.92-108, 2010.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. A mediação simbólica. In: OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky- Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997. Cap. 2. p. 25-40.

_____. Desenvolvimento e aprendizado. In: OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky- Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico**. São Paulo: Editora Scipione, 2010. Cap. 4. p. 58-67.

SILVA, Aline Pacheco et al. "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. **Revista Mosaico Estudos em Psicologia. Centro Acadêmico de Psicologia da FAFICH/UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.25-35, 2007. Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/mosaico/index.php/mosaico/article/view/6/4> >. Acesso em: 12 jan. 2016.

ANEXO

Anexo - Questionário aplicado aos discentes de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ

Questionário para pesquisa de monografia

Olá! Sou Ana Paula, aluna do curso de Pedagogia e estou escrevendo minha monografia. Esta tem como ideias norteadoras apresentar e discutir práticas e desafios vividos no dia a dia de um mediador (a) escolar. A abordagem da pesquisa maior será qualitativa, com observação participante e terá como um de seus instrumentos, um questionário aplicado a mediadores escolares que são (ou foram) alunos de Pedagogia da UFRJ, que já cursaram a disciplina de Fundamentos da Educação Especial.

Por tanto, este questionário refere-se a um dos instrumentos da pesquisa para a minha monografia. Escreva o máximo possível. Muito obrigada pela sua colaboração!

Informações iniciais *

Esta cursando qual período?

Está trabalhando?

- Sim, em uma escola particular.
- Sim, em uma escola pública.
- Não.
- Outro:

Atualmente trabalha com mediação escolar?

- Sim
- Não

Em caso afirmativo da pergunta anterior, há quanto tempo?

Já trabalhou com mediação escolar?

- Sim
- Não

Em caso afirmativo da pergunta anterior, por quanto tempo?

Mediação Escolar *

O que o motivou a ser mediador (a) escolar?

*

Ao ingressar neste trabalho, teve alguma orientação para realizá-lo? (Por exemplo, leitura de textos, alguma cartilha, orientações da coordenação pedagógica da escola, de professores, indicação de cursos etc.).

- Sim
- Não

*

Em caso afirmativo da pergunta anterior, explique como se deu. Já, em caso negativo, explique como fez, para realizá-lo.

*

Quais os desafios e dificuldades enfrentadas por você para a realização desse trabalho? Liste o máximo que puder ou todos, se possível.

*

Para você, o que é o mediador (a) escolar?

*

Pensando em nosso curso de Pedagogia, na disciplina de Fundamentos da Educação Especial e nas demais disciplinas que nos são oferecidas, você acha que estamos aptos ou temos informações suficientes para exercermos a função de mediador (a) escolar?

- Sim
- Não
- Outro:

Justifique sua resposta da pergunta anterior. (Disponível em: <http://goo.gl/forms/bSiDzey8EF>)